



Instituto Politécnico de Leiria

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Relatório de Mestrado

**As entidades do terceiro setor do Concelho de Tomar – Alguns
contributos para o desenvolvimento local**

Sónia Sofia Alves Bastos

Trabalho realizado sob a Orientação da
Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto

Leiria, março de 2016
Mestrado em Ciências da Educação
Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

Relatório de Mestrado

**As entidades do terceiro setor do Concelho de Tomar – Alguns
contributos para o desenvolvimento local**

Sónia Sofia Alves Bastos – N.º 1130562

Trabalho realizado sob a Orientação da
Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto

Leiria, março de 2016
Mestrado em Ciências da Educação
Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário

AGRADECIMENTOS

Na concretização deste trabalho quero deixar expresso o meu primeiro agradecimento à Flávia, por todo o apoio, do primeiro ao último momento.

À minha família – pais, Pedro e aos meus filhos, pela paciência, mesmo nos momentos em que não brinquei para me sentar ao computador

À Professora Antónia pelo incentivo, apoio e orientação para a concretização deste trabalho

Agradeço ainda ao Ricardo, à Rute, à Marisa e à Cristina, pela colaboração nos diferentes momentos do processo.

E ainda uma palavra aos colegas de curso, pela partilha e amizade que ficou.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

EB – Escola Básica

ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

IDL – Iniciativa de Desenvolvimento Local

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VAB – Valor Acrescentado Bruto

RESUMO

Com o desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos que constituem o terceiro setor ou setor da economia social, nos últimos anos, torna-se pertinente analisar o seu impacto na economia atual e os seus contributos para o desenvolvimento da comunidade onde se inserem, neste caso, Tomar.

Considerando as práticas de governança partilhada, através da participação e da responsabilidade partilhada de diversos parceiros sociais com atividade nas áreas social, educativa, desportiva, de cidadania, entre outras, quisemos perceber que sinergias e recursos podem vir a servir de base para o desenvolvimento das comunidades do concelho de Tomar. Fizemos um levantamento da situação atual, em termos de caracterização de entidades do terceiro setor e, de forma a percebermos o impacto das atividades desenvolvidas, aplicamos um questionário, abrangendo um grande número de entidades com atividade no concelho. Os resultados de 35 inquéritos permitem-nos apresentar a caracterização dessas organizações, as atividades desenvolvidas, o número de pessoas abrangidas pelas atividades, a existência de redes e parcerias com outras entidades e o seu contributo para a educação e desenvolvimento das comunidades em que se inserem.

Palavras-chave: Economia Social; Cidadania e Participação; Desenvolvimento Local

ABSTRACT

With the development of non-profitable organizations which constitute the third sector or social economic sector in recent years, it is relevant to analyze its impact on the current economy and its contributions to the development of the local community, in this case, in Tomar.

Considering the shared governance practices, through the participation and the shared responsibility of various social partners with activity in the social, educational, sports and citizenship areas, among others, we intended to comprehend which synergies and resources could become the basis for the development of Tomar county communities. We analyzed the current situation, considering the characteristics of the third sector entities and, in order to comprehend the impact of the developed activities, we conducted an inquiry, covering a significant number of entities which have activities in the county. The results of 35 inquiries allow us to present the characterization of these organizations, of the develop activities, the number of people covered by activities, the existence of networks and partnership with other entities and their contribution to the education and development of the communities in which they operate.

Keywords: Social Economy, Citizenship and Participation, Local Development

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. ALTERAÇÃO DE PARADIGMA DE INTERVENÇÃO SOCIAL	4
2. EDUCAÇÃO, FATOR DE DESENVOLVIMENTO	7
3. CIDADANIA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	15
4. GOVERNANÇA PARTILHADA E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	24
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	26
1. PROBLEMÁTICA, OBJETO DE ESTUDO, PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO.....	26
2. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	27
3. FONTES E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	29
3.1. A utilização do inquérito por questionário	30
4. TÉCNICAS DE TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	33
5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	33
5.1. Breve caracterização geográfica do concelho de Tomar	33
5.2. Breve resenha histórica	37
5.3. Educação e formação – Alguns dados.....	38
5.4. Outros aspetos promotores do desenvolvimento local em Tomar	40
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DOS DADOS	42
1. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO CONCELHO DE TOMAR	42
2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS	51
2.1. Identificação e caracterização	52
2.1.1. Nome da entidade.....	52
2.1.2. Ano de fundação	53
2.1.3. Freguesia da sede	54
2.1.4. Setor de Atividade.....	55
2.1.5. Número de sócios.....	56
2.2. Atividades / Áreas de intervenção	57

2.2.1. Número de atletas / utentes / beneficiários por área de intervenção / valência	57
2.2.2. Periodicidade do desenvolvimento de atividades	59
2.2.3. Público a quem se dirigem as atividades	59
2.2.4. Faixas etárias do público a quem se dirigem as atividades	60
2.2.5. Plano de atividades	61
2.2.6. Avaliação das atividades	61
2.3. Parcerias	62
2.3.1. Entidades com as quais existe parceria	62
2.3.2. Frequência do desenvolvimento de atividades em articulação com outras entidades.....	63
2.4. Impacto na economia local	64
2.4.1. Número de trabalhadores, colaboradores e voluntários da entidade	64
2.4.2. Novos postos de trabalho criados nos últimos dois anos	66
2.4.3. Volume financeiro anual	66
2.5. Financiamentos	67
2.6. Contributos para o desenvolvimento local	69
2.6.1. Possibilidade de contributos / colaboração da entidade para atividades em parceria.....	69
2.6.2. Contributos de outras entidades locais para suprir dificuldades da entidade inquirida	70
CONCLUSÕES	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução da escolaridade da população em Tomar	39
GRÁFICO 2 – Distribuição das entidades por freguesia	45
GRÁFICO 3 – Distribuição das entidades de economia social do concelho, por tipologia	46
GRÁFICO 4 - Distribuição das entidades do setor de Cultura e Lazer por freguesia e sub área	48
GRÁFICO 5 – Número de entidades criadas por ano de fundação	54
GRÁFICO 6 - N.º de entidades respondentes por freguesia.....	54
GRÁFICO 7 - Distribuição das atividades desenvolvidas pelas entidades inquiridas, por setor de atividade	56
GRÁFICO 8 - Número de sócios das entidades inquiridas	56
GRÁFICO 9 - Periodicidade das atividades desenvolvidas	59
GRÁFICO 10 - Público a quem se dirigem as atividades	60
GRÁFICO 11 - Faixas etárias do público a quem se dirigem as atividades.....	60
GRÁFICO 12 – Plano de Atividades	61
GRÁFICO 13 - Forma de avaliação das atividades	62
GRÁFICO 14 - Entidades com quem estão estabelecidas parcerias.....	63
GRÁFICO 15 - Frequência e parceiros das atividades dinamizadas em articulação	63
GRÁFICO 16 - N.º de trabalhadores, colaboradores e voluntários por setor de atividade	65
GRÁFICO 17 - Volume financeiro anual das entidades	66
GRÁFICO 18 - Projetos para o futuro – Aumento de infraestruturas e de parcerias.....	67
GRÁFICO 19 - Proveniência das receitas da entidade	69
GRÁFICO 20 – Contributos da entidade para atividades em parceria	70
GRÁFICO 21 - Contributos de outras entidades para suprir dificuldades da entidade inquirida	71

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Indicadores de contextualização do concelho de Tomar, ano 2011	35
QUADRO 2 - Distribuição das entidades de economia social do concelho de Tomar, por tipologia	42
QUADRO 3 – Número de entidades por freguesia.....	44
QUADRO 4 – Concentração de entidades associativas, por população residente	45
QUADRO 5 – Distribuição das entidades do setor de Cultura e Lazer por sub área e freguesia	47
QUADRO 6 - N.º de entidades com atividade na área do Desporto, por tipo de desporto e freguesia	49
QUADRO 7 - N.º de entidades com atividade na área das Expressões / Atividades Culturais, por tipo de atividade e freguesia	49
QUADRO 8 - N.º de entidades com atividade na área Social, por resposta social e freguesia ...	50
QUADRO 9 - Percentagem de respostas aos questionários	51
QUADRO 10 - Identificação dos respondentes	52
QUADRO 11 - Número de atletas e entidades com atividade na área do desporto.....	57
QUADRO 12 - Número de participantes e entidades com atividade na área cultural e das expressões	58
QUADRO 13 - Número de beneficiários e entidades com atividade na área social.....	58
QUADRO 14 - N.º de trabalhadores, colaboradores e voluntários por setor de atividade.....	65
QUADRO 15 - Novos postos de trabalho nos últimos dois anos	66

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização do concelho de Tomar no mapa de Portugal	34
FIGURA 2 – Freguesias do concelho de Tomar.....	34
FIGURA 3 – Pirâmide etária do concelho de Tomar de acordo com as estimativas da população residente em 2014	37

INTRODUÇÃO

Após a segunda grande guerra, na procura de um *welfare state*, diversos países investiram fortemente em apoios sociais. Este investimento veio, no entanto, provocar uma despesa pública muito grande, o que incentivou à criação de movimentos da sociedade civil que colmatassem as falhas do Estado nas respostas sociais.

Estes movimentos sociais, que não integram o Estado mas também não procuram o lucro (não são mercado), acabam por criar um Terceiro Setor ou setor da Economia Social que desenvolve serviços e atividades, como resposta a situações diversas, com destaque para os novos problemas sociais.

O terceiro setor ou setor da Economia Social, como parte integrante da economia de um país, tem vindo a ganhar importância e visibilidade no contexto europeu e também em Portugal, onde se têm desenvolvido, com maior força após o 25 de abril, o que veio permitir maior liberdade de associativismo.

Por outro lado, as comunidades que se envolvem na resposta para os seus problemas, para além de promoverem o seu crescimento económico, acabam por se desenvolver enquanto comunidade e enquanto pessoas. A participação, o envolvimento e a ação na resposta aos problemas identificados por uma comunidade baseiam-se na solidariedade, na cooperação e na coresponsabilidade e possibilitam uma cidadania participativa e reflexiva, em que cada pessoa e coletividade pode ser agente de mudança.

É ainda significativo pensar no potencial de cada pessoa humana, nos seus contextos de interação com os outros, ao longo de toda a sua vida. Perante sociedades *envelhecidas*, justifica-se repensar o envelhecimento e transformá-lo de ameaça em oportunidade.

Neste contexto de participação e de associativismo voluntário, importa também refletir sobre os motivos do envolvimento das pessoas em problemas de complexidade diversa, sem a procura de qualquer recompensa monetária, ponderando que os benefícios desta participação passam pela intersubjetividade, relação com o outro e desejo de felicidade e realização pessoal, familiar e comunitária.

O envolvimento das pessoas nas entidades de economia social permite uma melhor identificação e consequente resolução dos problemas de uma comunidade, constituindo

a base de uma democracia participativa que vai sendo cada vez mais abordada nos contextos políticos e académicos.

A constituição de redes e parcerias entre cada uma destas entidades está na génese de uma governança partilhada que gere recursos, potencia capacidades e desenvolve eficazmente pessoas e comunidades em todos os sentidos do termo desenvolvimento.

É na base destas premissas que se elabora este trabalho de pesquisa, sobre o tema “As entidades do terceiro setor do concelho de Tomar – Alguns contributos para o desenvolvimento local”, com a pergunta de partida: Em que medida a dinâmica das entidades do terceiro setor do concelho de Tomar contribui para a educação e desenvolvimento da comunidade local?

O estudo baseia-se na análise das entidades que constituem o terceiro setor do concelho de Tomar, de forma a obter uma visão panorâmica da economia social do concelho e procura analisar a dimensão do envolvimento da comunidade nas atividades promovidas pelas entidades do terceiro setor, no concelho de Tomar e conhecer os recursos e potencial existentes como base de criação de uma rede de parcerias local.

O relatório que se apresenta encontra-se dividido em quatro partes – Enquadramento teórico; Metodologia; Apresentação, análise e comentário de dados e Conclusões.

No enquadramento teórico é abordada a temática que envolve a economia social, iniciando a reflexão com a alteração do paradigma da intervenção social e desenvolvendo depois as questões da educação como fator de desenvolvimento, bem como dos conceitos de cidadania, democracia e participação. O capítulo termina com uma análise teórica sobre as questões de governança partilhada e responsabilidade social.

Na segunda parte é apresentada a metodologia da investigação e são referidos o objeto de estudo, a pergunta de partida e os objetivos da investigação. No mesmo capítulo são ainda apresentados o desenho da investigação e uma explicação sobre as fontes e instrumentos de recolha de dados. No final do capítulo faz-se uma abordagem à contextualização do concelho de Tomar.

Apresentam-se, num terceiro capítulo a análise e os comentários aos dados recolhidos pela investigação, com recurso a gráficos e quadros resumo e, por último, são apresentadas as conclusões gerais do estudo, no quarto capítulo.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. ALTERAÇÃO DE PARADIGMA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Apesar das primeiras medidas de política social terem surgido ainda no final do século XIX, na Alemanha e na Dinamarca, o conceito de *Welfare State* ou Estado-Providência surgiu em plena 2.^a guerra mundial, em Inglaterra, como apelo à “necessidade de um Estado de *Welfare* por contraste com um Estado de *Warfare* que caracterizava o regime nazi, e que seria necessário criar após o fim da guerra” (Pereirinha, 2008, p.17).

Através de diversos regimes de proteção social, muitos países foram desenvolvendo as suas medidas de política social, de forma mais ou menos abrangente e em 1944, na 26.^a Sessão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de 44 países, foi considerado, em Declaração da Conferência, que “poverty anywhere constitutes a danger to poverty everywhere”, tendo, por isso, os países presentes assumido uma guerra à miséria e aprovado a recomendação de que os Estados-membros adotassem os princípios definidos sobre a segurança social e os cuidados de saúde (Pereirinha, 2008, p. 29).

No entanto, após 1960, a despesa social pública sofreu um crescimento, em todos os países europeus, para a cobertura de riscos sociais. Por outro lado, a industrialização (que aumenta, por si, a necessidade de despesa pública nas áreas sociais) associada ao papel do estado de assegurar mão de obra qualificada que sustente o crescimento económico, através do sistema educativo e o aumento da esperança de vida, que incrementa a necessidade dos apoios sociais no envelhecimento, vieram provocar um aumento em grande escala da despesa pública social.

O Estado-Providência consome demasiados recursos económicos, pelo que se desencadeia um processo de redução do papel do Estado na esfera social. Em 1980 surge o conceito de “welfare state retrenchement” e desde essa data que muitas decisões de reforma dos sistemas de proteção social têm sido caracterizados por políticas de redução do Estado Providência (Pereirinha, 2008, p. 39).

Para compensar esta redução do papel central e único do Estado no bem-estar social, e em defesa dos interesses das populações, ganham forma outras entidades, em manifestações ativas da sociedade civil.

Uma pluralidade de atores sociais públicos e privados, com características distintas, conjuntamente contribuem para a provisão do bem-estar das sociedades e assumem voz ativa com medidas de intervenção. Como refere Pereirinha (2008), atuam, na vida social das sociedades modernas, para além do setor público (Estado) e do setor privado lucrativo (mercado), agentes que compõem o Terceiro Setor ou o Setor da Economia Social – de categoria informal (atores sociais não organizados) ou de categoria voluntária (instituições de natureza diversa, formalmente organizadas, de maior ou menor escala, que não visam o lucro).

Também Andrade e Franco referem a existência de um terceiro setor da economia, diverso do Estado e do setor privado (Mercado) quando apontam que “a organização social, política e económica de um país poder-se-á, de uma forma simples, considerar como resultado da atividade de três setores: o setor público, o setor privado empresarial e o terceiro” (Andrade e Franco, 2007, p.7).

Este triângulo que visa o bem-estar das populações constitui o “pluralismo providencial (welfare pluralism) que caracteriza, na atualidade, a provisão social de bem-estar nas economias modernas” (Pereirinha, 2008, p.110). Este setor, apesar de ser ainda pouco conhecido para muitos, é considerado uma força económica significativa (Andrade e Franco, 2007) e exerce influência em vários setores da sociedade. É um setor que, surgindo num contexto de (re)emergência de orientações económicas e políticas liberais e de crise dos Estados Sociais, desenvolve serviços e atividades, como resposta a situações diversas, com destaque para os novos problemas sociais.

Também em Portugal é reconhecido o papel do Terceiro Setor ou setor não lucrativo, em diversas áreas do bem-estar, como a ação social, a saúde, a educação, a formação profissional ou a habitação.

A evolução do conceito de desenvolvimento acompanhou a diminuição do papel do Estado Providencia. Com efeito, se durante anos o conceito de desenvolvimento esteve associado a progresso e a crescimento económico e, portanto, um Estado desenvolvido teria a capacidade de proporcionar bem-estar ou *welfare* aos seus cidadãos, a procura

pelo progresso aumentou de tal forma, sem qualquer noção de equilíbrio e apenas numa perspetiva de maior riqueza e bem-estar individual, que acabou por provocar grandes injustiças e divergências sociais entre as populações.

Entre diversos problemas provocados pelo “desenvolvimento” desenfreado, como a persistência de várias carências vitais nos países de terceiro mundo; a degradação da Natureza; o aparecimento de novas doenças; a desumanização do trabalho e outros, apareceram novas formas de mal-estar social, como refere Roque Amaro, ligadas “à quebra dos laços comunitários, às desestruturações familiares, ao individualismo (...) gerando novas formas de pobreza e exclusão social” (Amaro, 2003, p.50).

A crença no crescimento económico para desenvolver os países foi então posta em causa e, nos últimos 30 anos, foram surgindo diversos novos conceitos de desenvolvimento, numa tentativa da sua renovação.

De acordo com Roque Amaro é possível organizar os novos conceitos de desenvolvimento em três grandes fileiras – ambiental (Desenvolvimento Sustentável); das pessoas e das comunidades (Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo) e dos Direitos Humanos e da dignidade humana (Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social). Como conceito transversal, surge ainda o Desenvolvimento Integrado (Amaro, 2003).

No que respeita às comunidades, pretende-se que, no exercício pleno da cidadania e através da participação ativa de todos, se consigam melhorar as suas condições de vida (Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo).

Com base nestes novos sentidos para o desenvolvimento, foram realizadas diversas cimeiras, elaborados relatórios e estudos, com destaque para o Pacto de Desenvolvimento do Milénio, no ano 2000 e os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio. Partindo destes objetivos, Roque Amaro (2003) propõe quatro grandes grupos de desafios para o século XXI – Competitividade, Coesão Social ou Solidariedade, Sustentabilidade e Diversidade.

Em Portugal, considerando esta viragem no conceito de desenvolvimento e em resposta aos desafios propostos, foi estabelecida, pelo despacho conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação n.º 25931/2009, de 26 de novembro

uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), para os anos 2010 – 2015, iniciativa do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), tendo por base a assunção da educação como fator de transformação social.

Esta estratégia sublinha a importância da sociedade civil neste processo (o terceiro setor do triângulo de bem-estar) e tem como objetivo promover a cidadania global e sensibilizar a sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento. Como refere o documento, o fim último da estratégia é “o bem-estar e a justiça das comunidades e de cada um e de cada uma” (IPAD, 2009, p. 15).

Na ENED, os princípios de ação baseiam-se na solidariedade, na cooperação e na coresponsabilidade, para a promoção de uma cidadania participativa e reflexiva, em que cada pessoa e coletividade pode ser agente de mudança. Salienta-se, nesta Estratégia, a necessidade apontada para se desenvolverem mecanismos de cooperação e diálogo institucional, aprofundando parcerias entre Estado e Sociedade Civil, para “ampliar conhecimento, enriquecer perspetivas e otimizar recursos” (IPAD, 2009, p. 30).

2. EDUCAÇÃO, FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Abordamos aqui a necessidade de desenvolver esse novo paradigma do valor do próprio indivíduo e da capacitação da pessoa humana, na sua dimensão de intersubjetividade, de relação com o outro e de desejo de felicidade e realização pessoal, familiar e comunitária. Como refere Robinson, na sua obra *O Elemento*, “a nossa melhor esperança para o futuro consiste em desenvolvermos um novo paradigma da capacidade humana, a fim de encontrarmos uma nova era da existência humana” (Robinson, 2010, p. 13).

A ideia do autor é a de que estamos sempre a tempo de descobrir o nosso “Elemento” – o que importa, para isso, é conseguir criar as oportunidades certas para que as pessoas encontrem aquilo com que realmente se realizam.

“Temos de criar ambientes – nas nossas escolas, nos nossos locais de trabalho, nos nossos serviços públicos – onde cada um se sinta inspirado a crescer

criativamente. Temos de garantir que todas as pessoas tenham oportunidade de fazer o que deveriam fazer” (Robinson, 2010, p. 13).

Destacamos aqui a importância de, ao longo da vida, se permitir o desenvolvimento das mais variadas dimensões das capacidades humanas, pelo contacto com as mais diversas formas de expressão, através da criatividade e da imaginação. Apenas desenvolvendo a imaginação se consegue inovar, pelo que não iremos conseguir desenvolver as nossas comunidades se lhes impusermos limites, formatações e conformismos.

Também para Bento, o desenvolvimento da pessoa humana se consegue através da criação artística. Segundo o autor, o objetivo principal da arte é “fazer com que as pessoas, no contacto com a diversidade de linguagens expressivas e artísticas, adquiram um desenvolvimento harmonioso e global” (Bento, 2007, p. 3).

Efetivamente, só permitindo e favorecendo o sentido crítico, a criação, a sensibilidade e a subjetividade conseguimos desenvolver plenamente as pessoas em interação e criar equilíbrio e participação social, pois todas as pessoas têm esse potencial... apesar de nem todos terem ainda essa noção ou não estarem capacitados dela. Segundo Robinson, “todos nascemos com poderes extraordinários ao nível da imaginação, da inteligência, da sensibilidade, da intuição, da espiritualidade e do conhecimento físico e sensorial. A maioria dos seres humanos utiliza apenas uma fracção desses poderes” (Robinson, 2010, p. 21-22).

Por outro lado, perante o mundo de crise e transições em que vive a sociedade atual, se os indivíduos não se preparem para a incerteza e para o caos, não será possível intervir, participar e resolver os problemas (novos) que vão surgindo. A abordagem tem, seguramente, de ser criativa e o foco tem também de ser o desenvolvimento da criatividade, da expressão, da arte.

E este desenvolvimento não se pode limitar à escola, nem à infância ou juventude. O facto é que em todas as idades se participa, se intervém nos problemas da comunidade e em todas as idades vai surgindo a constante necessidade de adaptação à inovação e à mudança. Tendo em conta conhecimentos e experiências adquiridas, bem como a disponibilidade existente nas pessoas com mais idade, torna-se evidente a necessidade desta preparação para a mudança e do desenvolvimento da criatividade nas próprias comunidades, em todas as idades e em todos os espaços, com todas as pessoas.

Por outro lado, considerando a realidade atual, caracterizada por ser uma *sociedade envelhecida*, não poderemos menosprezar, antes pelo contrário, este potencial de termos, cada vez mais, pessoas mais velhas na nossa sociedade, o que temos de transformar em potencialidade. Portugal apresenta-se como um dos países mais envelhecidos da Europa, tendo em conta a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade.

“Segundo dados disponibilizados pelas Nações Unidas, a idade média da população no mundo e na Europa passou respetivamente de 24 e 30 anos, em meados do século XX, para 27 e 38 anos, em 2000 (...), podendo atingir, em 2050, os 38 anos no mundo e os 47 anos na Europa. Em Portugal, essa evolução foi ainda mais forte que na Europa, passando a idade média da população de 26 anos, em 1950, para os 38 anos, em 2000, e para os 41 anos, em 2010, podendo a idade média da população chegar aos 50 anos em 2050.” (Rosa, 2012, p. 26-27).

Maria João Rosa convida-nos a pensar diferente sobre estes dados. Como refere a autora, as sociedades envelhecidas convivem muito mal com o envelhecimento da população

“estamos no ponto em que o envelhecimento demográfico não desperta sentimentos positivos. As pessoas idosas são referidas como sendo em excesso, os jovens como estando em falha e as pessoas em idade activa como um grupo etário cada vez mais insuficiente. A questão que então se suscita é a de saber se tal categorização terá de necessariamente ser tão rígida.” (Rosa, 2012, p. 51).

Se pensarmos no conhecimento como a chave para o desenvolvimento das sociedades, as pessoas mais idosas não poderão considerar-se em excesso! Estaríamos a desperdiçar capital humano. Devemos antes entender este capital como uma oportunidade para o enriquecimento das comunidades.

Apesar do referido por Maria João Rosa, nos dias de hoje começam já a aparecer diversos relatos de pessoas mais idosas com grandes competências, que ajudam a desmistificar a ideia do “velhinho” visto como “o velho sentado no jardim” de quem todos fogem, na canção de Mafalda Veiga¹. De acordo com Papalia,

¹ Ver anexo 1

“hoje, os esforços para combater o ageísmo – preconceito ou discriminação – com base na idade – estão em amplo crescimento, graças à crescente visibilidade de idosos saudáveis (...). Na televisão, as pessoas mais idosas são cada vez menos retratadas como decrepitas, curvadas e desamparadas e mais como respeitadas, sábias e equilibradas.” (Papalia, 2009, p. 627).

De facto, o aumento do número de pessoas idosas, perfeitamente válidas e com ótimas capacidades e vontade de aprendizagem, bem como as mudanças que vão ocorrendo a um ritmo avassalador na nossa sociedade, tornam a ideia de aprendizagem ao longo da vida num *continuum* que não tem idade para terminar. Como refere Papalia, “na complexa sociedade de hoje, a necessidade de escolarização nunca acaba. Programas educacionais especificamente planejados para adultos maduros estão em expansão.” (Papalia, 2009, p. 665).

Nesta sequência, Maria João Rosa convida-nos a pensar num modelo alternativo para a classificação da sociedade, a que chama *lógica da interligação*, em oposição ao modelo atual de *partição* da sociedade. Para Rosa,

“esta lógica está muito mais próxima da essência motora da sociedade atual, o conhecimento, sendo este tanto maior quanto mais alargada for a sua partilha (...). Por isso, é esta a abordagem que propomos para se pensar a sociedade futura.” (Rosa, 2012, p. 54).

A autora apresenta-nos um novo modelo de sociedade, mais integrado, mais dinâmico e menos dividido no que diz respeito às fases de formação – trabalho / atividade – inatividade. Esta partição não enriquece as pessoas numa constante, é estanque e, perante a longevidade que se nos apresenta, não enriquece também a sociedade. O modelo de interligação, por seu lado, prevê um contínuo de conciliação entre a formação, o trabalho e o lazer, ao longo de toda a vida (Rosa, 2012, p. 54).

Neste modelo, defende-se que os jovens tenham também uma ligação com o mundo do trabalho, aliado à sua formação e que, na mesma medida, também se continue a conciliar trabalho e formação em idades mais avançadas. Papalia, no mesmo sentido, afirma que

“contrariamente aos estereótipos da velhice, os trabalhadores de mais idade são muitas vezes mais produtivos do que os mais jovens (...). Os trabalhadores mais velhos tendem a ser mais confiantes, responsáveis e mais poupadores em relação a tempo e material do que os mais jovens; e suas sugestões são normalmente mais aceitas.” (Papalia, 2009, p. 685).

Numa outra perspectiva de conciliação entre o lazer e a formação em pessoas idosas, Papalia refere ainda a importância da realização de trabalho voluntário nestas idades, salientando a íntima ligação que este tem com o bem-estar durante a aposentação ou o que refere de “lazer sério – atividades de lazer que requerem perícia, atenção e compromisso” (Papalia, 2009, p. 686).

Maria João Rosa vem ao encontro desta ideia, defendendo que a formação seja uma constante ao longo da vida. A autora salienta, no entanto, que não se trata apenas de formação para o trabalho mas que sirva também para a realização pessoal das pessoas e para a sua integração na sociedade. “Serve para, mesmo que tenham 80 anos, se integrem melhor no meio envolvente, para terem um diálogo de maior qualidade com as outras gerações ou as outras culturas e, conseqüentemente, para atenuar os seus riscos de “desintegração social.” (Rosa, 2012, p. 62).

Perante os factos de termos uma sociedade com muito mais pessoas idosas, cabe-nos a nós reinventarmos a melhor forma de vivermos em sociedade, apostando na felicidade de todas as pessoas e aproveitando “cada momento do caminho, até à última curva”.

Na verdade, temos potencial humano em todas as idades e em todos os contextos. As pessoas, em desenvolvimento, vão adquirindo conhecimentos e competências que lhes permitem participar na construção de um mundo melhor.

Até meados do séc. XX, as teorias da psicologia sobre o desenvolvimento humano consideravam que o desenvolvimento e a sabedoria se processavam apenas até à idade adulta, começando depois a declinar, a caminho da velhice. No entanto, mais recentemente, começou a perceber-se que o desenvolvimento é um processo contínuo, ao longo de todo o ciclo vital, com ganhos e perdas de informação e influenciado por fatores de hereditariedade, ambiente e maturação.

Papalia, sobre o assunto, refere que

“para entender o desenvolvimento humano, portanto, precisamos considerar as características que são herdadas (...). Também precisamos levar em conta os muitos fatores ambientais ou experienciais que afetam o desenvolvimento (...). Precisamos considerar como a hereditariedade e o ambiente interagem. Precisamos entender quais os processos de desenvolvimento são principalmente maturacionais e quais não são.” (Papalia, 2013, p.42)

Como nos sintetiza Papalia (2013, p.51), Paul Baltes, na sua abordagem ao desenvolvimento humano, defende que as pessoas se desenvolvem ao longo de toda a vida, em resultado das suas vivências em interação com os diferentes contextos de vida e aponta para sete princípios de abordagem a este desenvolvimento, apresentando-o como um processo vitalício de mudança; que ocorre em diversas dimensões, em interação e em diversas direções (crescimento, habilidades, sabedoria, gestão de ganhos e perdas); que é influenciado por mudanças biológicas e culturais; com aplicação de forma diferente dos recursos de tempo, energia, talento, dinheiro e apoio social ao longo da vida; que revela plasticidade (as capacidades da pessoa podem aperfeiçoar-se até em idade avançada) e que é influenciado pelo contexto histórico e cultural em que a pessoa se insere, o qual, para além de influenciar o desenvolvimento humano, é também modificado pela ação das pessoas.

Tendo por base esta evolução do desenvolvimento ao longo da vida, diferentes perspetivas e abordagens teóricas têm sustentado diversas teorias sobre o desenvolvimento humano. Entre estas abordagens, damos aqui destaque à perspetiva contextual, que salienta a importância do contexto social e cultural onde ocorre a aprendizagem.

Esta perspetiva contextual vê o indivíduo “não como uma entidade separada e interagindo com o ambiente, mas como parte inseparável deste último” (Papalia, 2013, p. 67). Na realidade, a pessoa em desenvolvimento participa, atua e altera o ambiente que a rodeia, também em constante transformação, e este, por sua vez, também provoca alterações no desenvolvimento da pessoa. A aprendizagem não surge apenas do que é ensinado mas decorre também da participação nas práticas de cada comunidade.

Dentro da abordagem contextual, importa salientar a teoria bioecológica de Bronfenbrenner que, na perspetiva de Papalia (2013, p. 67), identifica cinco níveis de

influência ambiental, variando do mais íntimo para o mais amplo e analisa a sua influência sobre o desenvolvimento, vendo a pessoa dentro do contexto destes diferentes ambientes.

Os sistemas contextuais que influenciam a pessoa em desenvolvimento são, de acordo com Bronfenbrenner e apresentado por Papalia (2013), o microssistema (ambiente do dia a dia no lar, escola, trabalho, grupo de amigos, com interações face a face); o mesossistema (relação entre microssistemas – vínculos entre a família e a escola ou grupos de amigos – a forma como ocorre uma interação pode afetar a outra interação); exossistema (relação entre microssistemas e sistemas externos, que não estão diretamente ligados à pessoa, mas que a afetam indiretamente); macrosistema (o conjunto de padrões culturais como valores, políticas, crenças de uma comunidade) e o cronossistema (a dimensão do tempo que o contexto atravessa – prosperidade ou recessão, por exemplo).

Nesta teoria, a pessoa não é apenas o resultado do desenvolvimento mas “alguém que molda esse desenvolvimento por meio de suas características biológicas e psicológicas, seus talentos, habilidades, deficiências e temperamento” (Papalia, 2013, p.68)

Com base nesta teoria de que cada pessoa pode influenciar o contexto em que está inserida e desenvolver-se nele e com ele, deduzimos que afinal, é possível mudar o mundo!! Agir em cada pequeno mundo e influenciar, assim, mundos mais vastos ou sistemas mais macro.

Trata-se de refletir sobre como promover processos de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal que fomentem a participação e a cidadania, em todas as idades, com a educação como ferramenta, que permite recriar a forma maneira de ver e de participar no mundo.

Efetivamente, a participação na vida pública, numa cidadania de rigor e transparência, é uma exigência cívica e, para uma democracia com o objetivo final de uma sociedade mais justa e equilibrada a todos os níveis, é necessária a participação de todos.

Com a aposta na educação, através de políticas e pedagogias de participação e colaboração, dentro e fora da escola e ao longo da vida, conseguimos enriquecer o

potencial humano das comunidades, favorecendo a sua participação e envolvimento nos problemas que vão atravessando, promovendo o desenvolvimento local.

Neste contexto, em que se torna fundamental promover a participação e o envolvimento da sociedade civil no sentido do desenvolvimento local e da coesão social, torna-se necessário encontrar mecanismos de integração, que permitam rentabilizar e fortalecer a ação e os recursos dos diversos atores sociais locais.

Já em 1972, Edgar Fauré lançava o conceito de cidade educadora, mais tarde em 1989, acolhido pela Câmara Municipal de Barcelona, como “proposta integradora da educação formal, não formal e informal que se gera no contexto da cidade e se destina a todos os que a habitam” (Bellot, in Bosch, 2003, p.19).

Em 1990, no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona, as cidades participantes elaboraram a Carta das Cidades Educadoras, na ideia de que educar é uma responsabilidade de toda a sociedade, e de que a Educação não se deve centrar exclusivamente na escola, sendo um direito de todos e ao longo de toda a vida. Esta Carta foi revista em 1994 e em 2004 e, segundo a mesma, “todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece” (Associação Internacional das Cidades Educadoras, 2004). O seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes.

A ideia é tornar a cidade um espaço de educação, com um projeto concelhio que englobe todas as parcerias e rentabilize todos os recursos, mobilizando as pessoas para um desenvolvimento contínuo, contra a estagnação e o comodismo.

Todos os parceiros locais (órgãos públicos e organizações privadas com e sem fins lucrativos) e todas as pessoas envolvidas (importa que cada pessoa atue e participe no seu desenvolvimento, enquanto sujeito e ator social, no sentido da busca pela sua felicidade), numa estratégia local, em benefício do desenvolvimento local, com o município como ator privilegiado para a liderança do processo.

3. CIDADANIA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

O termo democracia tem origem no antigo grego e é formado a partir dos vocábulos *demos* (“povo”) e *kratós* (“poder”, “governo”), significando, portanto, o governo a partir do povo ou o poder do povo. Na prática, a democracia é uma forma de organização de uma comunidade em que a tomada de decisões é feita por todos os membros e em que, perante a lei existente, todas as pessoas são livres e iguais.

No entanto, este poder pode concretizar-se de diversas formas – pela democracia indireta ou representativa, em que as decisões são tomadas pelas pessoas que o povo reconhece como sendo seus representantes legítimos e pela democracia direta ou democracia participativa, quando as decisões são adotadas diretamente pelo povo. Nesta situação, existe a imagem de uma assembleia ou de um fórum onde todos têm o direito de participar em todo o processo de decisão.

Enquanto a democracia representativa defende uma noção de participação mais conservadora e limitada, que implica o voto dos cidadãos em intervalos regulares, a democracia participativa encoraja a população a adotar um papel ativo no processo de governação, procurando, desta forma, expandir a participação cívica para além das formas tradicionais, como o voto e a assinatura de petições. Trata-se de promover uma cidadania ativa, que considera o cidadão como portador de direitos e deveres e também como criador de direitos e de abrir, assim, novos espaços de participação política, ampliando a intervenção dos intervenientes na vida pública.

De acordo com Santos (2002, p.47), o desenvolvimento do Estado moderno e a sua complexidade, com a sua burocracia inevitável, foi-se fortalecendo na medida em que as funções do Estado também foram crescendo com a instituição do *welfare state* nos países europeus, o que deu à burocracia uma conotação positiva.

Neste contexto de proteção e de bem estar social garantidos pelo Estado, considerava-se que o correto seria entregar os desígnios e as decisões políticas, económicas, sociais, entre outras, ao Poder Central do Estado. Para Norberto Nobbio, tal como citado por Sousa Santos, “uma economia protegida, regulada e planificada (...) requer competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, expertos,

especialistas (...) se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum (Bobbio, 1986, p. 33-34, cit. por Santos, 2002, p. 47).

No mesmo sentido, Santos cita Schumpeter, para quem “o cidadão comum não tinha capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes aos quais caberia tomar as decisões (Schumpeter, 1942, p. 269, cit. por Santos, 2002, p. 42) e nomeia ainda Robert Dahl que defendia, em 1998, que “a única solução possível nas democracias de grande escala para o problema de autorização é a representatividade” (Santos, 2002, p. 48).

No entanto, lembra Santos que a

“conceção hegemónica da democracia (...) ignora que a representação envolve pelo menos três dimensões: a da autorização, a da identidade e a da prestação de contas (...). Se é verdade que a autorização via representação facilita o exercício da democracia em escala ampliada (...) é verdade também que a representação dificulta a solução das outras duas questões: a da prestação de contas e a da representação de múltiplas identidades” (Santos, 2002, p. 49).

Esta forma de democracia dificulta assim a representação de agendas e identidades específicas e provoca dificuldade de expressão das identidades minoritárias, que acabam por se ver afastadas das decisões e da vida política e social.

Para além da dificuldade de representação, surgiu também o importante papel dos movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural. Estes movimentos sociais estariam “inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transferência de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos” (Santos, 2002, p.53).

Assim, com o fim da guerra fria e com a globalização reabriu-se o debate democrático com um conjunto de questões não resolvidas que remetem ao debate entre democracia representativa e democracia participativa, revelando a necessidade de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade.

Esta democratização ou extensão da democracia recolocou no debate a questão entre procedimentos e participação social (grande participação dos movimentos sociais nos processos de democratização nos países do sul, na América latina).

Analisando a questão do ponto de vista da democratização, não podemos deixar de abordar a questão da participação e do envolvimento das comunidades locais pois, em sociedades efetivamente democráticas, a participação da sociedade civil tem de existir, com o objetivo sistemático do seu desenvolvimento.

Na realidade, em Portugal, como nos afirma Santos (2002), o período pós 25 de abril permitiu a existência de diferentes perspetivas e visões que, no mesmo espaço público, puderam participar e encontrar o seu lugar. Após muitos anos de impossibilidade de participação, esta foi uma fase em que foi possível uma "reinvenção da participação e para a revitalização dos movimentos sociais" (Santos, 2002, p. 284). Foi neste contexto, de participação pública, que se juntaram e criaram diferentes movimentos e associações, refletindo a vontade e necessidade da população para se expressar e organizar. Como refere o autor, a revolução foi

“um processo de transformação social e política, atravessado por contradições (...) dando origem a uma profusão de experiências de ação coletiva e de democracia participativa, mas também a tentativas de articulação entre o Estado e as organizações de base, as forças armadas e os movimentos sociais, as organizações e partidos políticos e as iniciativas populares, com o seu cortejo de sucessos e erros, suas hesitações, seus excessos e seus compromissos" (Santos, 2002, p. 284,285).

Também Canário, no mesmo sentido, refere que a educação popular diz respeito à perspectiva de que é na “ação transformadora que se aprende a exercer a democracia” (Canário, 2006, p.173). Segundo o autor, temos vivido, em Portugal, um período intenso de manifestações de educação popular, no pós 25 de abril, com a criação e o desenvolvimento de diversas associações culturais, recreativas e de instrução; movimentos sindicais e de cooperativas, entre outros.

Neste movimento popular do 25 de Abril, como explica Canário (2006, p. 174), reconhece-se um processo coletivo de aprendizagens, através de práticas sociais e lúdicas, em que o horizonte é a “revolução social”. Neste cenário, a educação de adultos e a educação não formal sobrepõem-se, numa situação de crise do Estado, por iniciativas sociais e de animação de associações, organizações populares e movimentos políticos.

Estas iniciativas populares, mais ligadas à intervenção e ao desenvolvimento das comunidades locais veio trazer contributos para o pensamento em contextos e formas de educação que vão para além da escola.

Rui Canário aponta a existência de um conjunto de trabalhos de investigação sobre a educação em contexto rural em Portugal e suas vertentes não formais, com ênfase para o Projeto das Escolas Rurais, que contribuiu para a revitalização social e cultural do mundo rural.

“A orientação do projeto para a concretização de projetos educativos integrados, em comunidades precisas, baseado no *protagonismo das crianças* entendidas como produtores de saber, favoreceu o envolvimento das famílias e da população, em particular das gerações mais idosas, bem como dos poderes locais e outros parceiros (associações, centros de saúde, etc).” (Canário, 2002, p. 191).

Como exemplos destes projetos, Canário refere, entre outras, a criação de um Museu Etnográfico local, em Alpalhão, por iniciativa da escola e com a participação da comunidade; a criação de uma biblioteca comunitária na aldeia da Urra; a criação de um centro comunitário em Ouguela, articulando o funcionamento da escola com um centro de dia para idosos, que passaram a ter uma intervenção constante nas atividades da escola.

Estes projetos de intervenção possibilitaram aos professores, refletir sobre as suas práticas e verificar as possibilidades de contribuição efetiva das escolas e dos seus atores em processos de animação e desenvolvimento das comunidades em que os mesmos se inserem.

As pessoas tornam-se participativas quando lhes são proporcionadas experiências e oportunidades de participação e desde que se sintam também devidamente literatos para o fazer, ou seja, que se sintam capazes, detentores de conhecimentos e com o poder da argumentação para uma intervenção consciente.

Defendem esta premissa, Coutinho e Lisboa (2011, p.10), ao referirem que, para que a democratização seja possível, é apresentado um novo desafio aos sistemas educacionais, no século XXI – o de ser capazes de garantir a primazia da construção do conhecimento. Para as autoras, o conhecimento vai depender da capacidade que o aluno tem, diante da

informação disponível, de desenvolver uma competência reflexiva, relacionar os seus aspetos, estabelecer conexões com outros conhecimentos e utilizá-los na sua vida quotidiana. Acrescentam ainda as autoras que o futuro da sociedade de aprendizagem que atravessamos depende da aposta na “Aprendizagem ao longo da vida”, enquanto “capacidade de sermos capazes de continuar a aprender depois de terminada a nossa formação escolar” (Coutinho e Lisboa, 2011, p.11). À escola, neste caso, cabe a responsabilidade do desenvolvimento de uma “sociedade aprendente” com uma “cultura aprendente”, ou seja, com motivação e capacidade para aprender em todos os contextos e ao longo da vida.

O desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem a criatividade (inovação) e que, ao mesmo tempo, respondam aos anseios e necessidades das pessoas é fulcral, pois quanto maior for o envolvimento dos indivíduos em investir na sua própria aprendizagem, maior será o desenvolvimento do seu projeto pessoal e da sua cidadania. Este envolvimento acontecerá tanto mais se constituir um desafio, assumir um significado e integração relacional entre o aprendente e o mundo vivido e permitir a entrada num novo contexto relacional, em que o aprendente sai da sua zona de conforto.

Também Fátima Antunes (2008), no seu trabalho sobre Educação e Trabalho no séc. XXI, no mesmo sentido de procura da consolidação dos direitos de cidadania e fomento da competitividade das economias, refere que devem ser prioridades da agenda política a ampliação das oportunidades e a elevação dos níveis de educação e formação. Como políticas educativas e de formação, Antunes refere ainda uma nova articulação de direitos e compromissos sociais que viabilize a valorização do trabalho qualificado e a criação e partilha de empregos, com a ligação a políticas sociais/ educativas/ económicas/ industriais/ de emprego.

Como aponta a autora, a relação educação/ cidadania / competitividade pode “chegar a construir articulações virtuosas (...) com o desenvolvimento de políticas sociais, de distribuição do rendimento, de criação e qualificação dos empregos e valorização da força de trabalho, de educação e formação.” (Antunes, 2008, p.81).

Efetivamente, a participação faz-se e ocorre com pessoas ativas e informadas. Pessoas conscientes, com análise crítica e com competências diversas (matemáticas, de leitura, digitais, etc) acabam por ter poder de argumentação e participar na vida democrática de

forma efetiva e persistente. Referindo, neste sentido, a declaração da Cimeira do G8, em Heiligendamm, 2007 “a transparência, a participação e a responsabilidade exigidas por uma sociedade civil dotada de autonomia são os melhores antídotos contra a corrupção.”

Todos estes argumentos nos fazem assim pensar que, se enriquecermos as comunidades, as aprendizagens e as competências desenvolvem-se, pelo que se torna necessário encontrar metodologias, instrumentos e estratégias para incluir os diversos grupos sociais a atuar na realidade social. Para tal, é necessário o reconhecimento de que a educação existe nos mais diversos espaços de cultura, ciência, trabalho e tecnologia e em todos os lugares onde exista o desejo, não decretável, de aprender e de participar.

Envolvendo cada indivíduo nos assuntos que o rodeiam, que fazem parte “do seu mundo”, estamos a “territorializar”, ou seja, segundo Isabel Guerra, “a aproximar as decisões daqueles a quem dizem respeito (...); tornar as decisões mais eficazes porque mais próximas dos problemas, mais adaptadas às populações locais, mais abertas às iniciativas e energias locais” (Prost et. al., 2002, p.192).

Esta possibilidade de envolvimento dos atores locais nas questões de cada comunidade intensifica a participação e consequente responsabilização, favorecendo o desenvolvimento e a promoção dos territórios locais.

Com cidadãos aprendentes, literatos a diversos níveis, incluindo no mundo digital, nesta sociedade de redes e globalizada em que vivemos, caminhamos no sentido da existência e comunidades mais ricas, mais envolvidas e com capacidade para encontrar respostas para os nossos problemas.

Estas comunidades mais informadas, com competências de literacia e análise crítica proporcionam formas de uma eficaz democracia participativa que, em articulação com uma democracia representativa, conseguirá dar voz a todos e a cada um e cada uma das pessoas de uma comunidade.

Santos, neste contexto de novas comunidades, mais informadas e mais participativas, fala numa

“globalização alternativa, contra-hegemónica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças

locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizada pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico (...). Esta globalização teve no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em janeiro de 2001 a sua manifestação mais dramática até hoje”. (Santos, 2012, p. 31).

A democracia participativa, que ganhou relevo com o Fórum Social Mundial, defende o diálogo e a chamada dos cidadãos a participar no exercício do poder como forma de promover o desenvolvimento sustentável e uma cidadania ativa.

Hoje em dia existem já por todo o mundo, exemplos concretos e documentados de democracia participativa, sendo o instrumento mais conhecido o do Orçamento Participativo.

Pedro Pontual, citado por Dias (2013, p.14) define o orçamento participativo como “um instrumento que possibilita a participação direta dos cidadãos na definição das políticas públicas, e dessa forma ajuda a reinventar as instituições e a modernizar o regime democrático” e “uma escola de cidadania, que estimula positivamente governos e governados a criarem novas institucionalidades democráticas e novos modelos de viver em sociedade”.

Este instrumento é assim um processo de gestão partilhada dos municípios em que participam não só os órgãos autárquicos eleitos, como também os próprios munícipes, individualmente e/ou através de associações da sociedade civil.

De acordo com o indicado por Nelson Dias, o coordenador global do projeto

“Orçamento Participativo Portugal – mais participação, melhor democracia”², no primeiro Boletim Informativo do Projeto, em 2008, contam-se mais de duas mil experiências de Orçamento Participativo, com especial incidência na América Latina e na Europa. Em Portugal era possível, à data, identificar mais de vinte iniciativas autárquicas de promoção do Orçamento Participativo. Em 2013, segundo o mesmo autor “são analisadas as mais de setenta experiências sinalizadas no país” (Dias, 2013, p.13).

No entanto, nos dias de hoje e especificamente em Portugal, esta não é uma tarefa fácil pois o poder local encontra-se em pleno processo de transformação, ainda a incorporar

² Sobre este assunto, pesquisar mais em <http://www.op-portugal.org> / <http://www.in-loco.pt>

novas competências transferidas do poder central e a intervir nas mais diversas áreas, gerindo as dificuldades financeiras por que atravessam.

Por outro lado, temos também uma sociedade civil pouco mobilizada para aderir a processos participativos, descrente e afastada da vida política nacional e local e alheia, portanto, às dinâmicas de funcionamento e desenvolvimento do país.

Nesta perspetiva e verificando a importância da educação para a participação e da participação para o desenvolvimento local, importa desvendar que caminhos teremos de percorrer para conseguir uma inovação democrática, na construção de uma efetiva democracia participativa.

É necessário democratizar as relações sociais e políticas e construir a confiança entre populações e administrações locais, pelo que importa pensar em novas iniciativas e modelos de participação dos cidadãos, fora dos ciclos eleitorais. Trata-se de motivar uma dimensão educativa e formativa para a cidadania, através de iniciativas que envolvam a participação das pessoas.

De acordo com Santos, “a democracia liberal ou representativa não garante mais que uma democracia de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social” (Santos, 2002, p.32). Por oposição, na opinião do mesmo autor, “a democracia participativa, (e também o multiculturalismo emancipatório e as justiça e cidadanias alternativas), confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual (rostos da opressão nas sociedades contemporâneas)” (Idem, p.27).

Conclui Santos que a combinação entre as duas democracias, através da complementaridade ou da coexistência³, é um dos caminhos da reinvenção da emancipação social.

Efetivamente, em sociedades de grande escala, não é possível abdicar da democracia representativa. No entanto, o caminho é aprofundá-la e melhorá-la através de mecanismos e ferramentas ou instrumentos que garantam a efetiva participação e

³ Sobre esta questão, ver Santos, 2002, p.76

envolvimento das pessoas nas decisões importantes de dinamização das suas comunidades.

A auto confiança e autonomia tornam-nos participantes e atores do nosso próprio desenvolvimento. O conhecimento, adquirido ao longo da vida, na escola e para lá da escola, em todos os contextos e todas as idades, motiva-nos a participar, principalmente quando percebemos que não vemos satisfeitas as nossas necessidades ou quando verificamos situações de injustiça ou exclusão.

Através desta participação tornamos possível uma mudança na forma de exercer o poder democrático. Torna-se possível transformar as administrações públicas, construir sociedades civis mais fortes e organizadas e combater assimetrias sociais e territoriais.

Neste sentido, está na mão de todos o envolvimento na criação de uma outra democracia. As políticas, ao nível da participação e as pedagogias, ao nível da educação permanente, têm de ser repensadas e implementadas dando a voz a todos os intervenientes, possibilitando a cada um e a cada uma a expressão das suas necessidades e a formulação de soluções para os seus problemas.

É necessário encontrar metodologias, instrumentos e estratégias para incluir os diversos grupos sociais, sobretudo os mais excluídos e com menos voz e acesso na ação do desenvolvimento local.

Considerando que todos somos responsáveis por tudo e por todos, é fundamental dar continuidade e dinamismo às redes, parcerias, diálogo interinstitucional e sinergias e provocar assim, uma diferença no combate à exclusão social, potenciando uma verdadeira Coesão Social.

Na realidade, o desenvolvimento local prevê a efetiva mobilização dos agentes de uma comunidade que se define não só em termos de território mas também em termos de identidade. É um processo que implica a uma mudança e mobilização a partir de dentro, de forma endógena, no sentido de responder às necessidades efetivamente sentidas. No entanto, esta ação não deve ficar limitada dentro da comunidade – é importante mobilizar recursos exógenos, uma vez que “os problemas nas localidades não só problemas das localidades” (Henriques in Costa, 2010, p. 6) e procurar uma visão integrada dos problemas e soluções, bem como o trabalho em parceria.

4. GOVERNANÇA PARTILHADA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Inclusão social é um conceito em crescente utilização e cujo significado

“remete para o modo como os atores constroem as relações que os ligam a um espaço comum e participam nele, por um lado, e para o modo como se organizam e compatibilizam estruturalmente subsistemas que a crescente diferenciação social vai tornando cada vez mais complexos” (Capucha, 2005, p.7).

Na verdade, considerando a ligação e a participação do indivíduo num determinado espaço, como espelho da sua inclusão, importa promover competências sociais, pessoais e relacionais que potenciem essa mesma ligação e participação. Num contexto em que a educação formal e não-formal não conseguem, por si só, garantir esta inclusão, surge a necessidade de encontrar novas formas de agir, como a arte ou o desporto ou outra qualquer expressão artística. Com efeito, “as expressões artísticas, em contexto de animação sociocultural, traduzem a essência da vida das pessoas, isto é, ajudam a identificar a origem ou a fonte da sensibilidade, da imaginação e da criatividade.” (Bento, 2007, p. 4). Será a partir deste conhecimento que melhor se poderá trabalhar para e com uma comunidade, envolvendo-a deliberadamente no seu próprio processo de desenvolvimento e inclusão.

Assim, numa lógica de promoção da coesão social de um território, torna-se necessário criar condições que as pessoas de uma comunidade adquiram competências pessoais e sociais que lhes permitam alargar os seus horizontes formativos e profissionais e valorizar o território onde estão inseridas, intervindo e participando na sua mudança e desenvolvimento, de forma inovadora e criativa.

Esta forma de intervir, de governança partilhada, vai além dos modelos tradicionais do tipo burocrático, hierárquico e assistencialista. Para que se possa fazer face aos desafios que hoje vivemos e outros que se avizinham, é fundamental a criação de sistemas de informação e comunicação que favoreçam a necessária integração e articulação de todas as dinâmicas institucionais e das estruturas de parceria existentes, para além da inevitável participação dos cidadãos.

Partindo da valorização das comunidades e redes locais, importa colocar as pessoas no centro das políticas municipais e territoriais, estimulando os cidadãos a participar na definição do bem-estar, a tomarem decisões e a agirem em conformidade.

Um território desenvolvido e coeso pressupõe a desconstrução de preconceitos e a valorização do potencial de cada um, de cada comunidade e do território.

A diversidade do contexto atual em termos de necessidades e problemas subjacentes ao desenvolvimento exige também uma diversidade de respostas, que apenas se conseguem se houver reflexão conjunta entre entidades e indivíduos no sentido de se encontrarem soluções adaptadas, diferentes e de cooperação entre saberes. Oliveira salienta “a necessidade de se encontrarem respostas também elas multivariadas e direcionadas para os problemas concretos (...) como proposta inovadora aos desafios atuais da sociedade, ultrapassando os fundamentos corporativistas e o espírito de individualismo” (2004, p. 2).

Segundo o autor, estas respostas adaptadas e de cooperação constituem as parcerias. Como refere, parceria engloba “diferentes agentes sociais, que têm formas distintas de atuação, têm diferentes interesses, diferentes níveis de poder, construindo respostas inovadoras e tornando possível intervenções, que de outro modo seriam impossíveis” (Oliveira, 2004, p.4)

Uma parceria é assim, um processo de ação conjunta, entre sujeitos de uma mesma comunidade que, com base num levantamento de necessidades conseguido em conjunto, definem objetivos e formas de atuação em conjunto e partilham recursos, dividindo as tarefas entre si.

No mesmo sentido, Rodrigues (2008, p. 4) defende que “as parcerias locais surgem na tentativa de promover o desenvolvimento de uma cultura cooperativa na localidade ou região em que se inserem, através de mediação e a negociação de perspetivas comuns sobre diferentes interesses.”

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

O presente capítulo apresenta a metodologia a que recorreremos para a organização e elaboração do trabalho de investigação, incluindo as técnicas utilizadas ao longo do percurso, mediante alguma fundamentação.

1. PROBLEMÁTICA, OBJETO DE ESTUDO, PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

As entidades do terceiro setor ou de economia social são organizações de âmbito não-governamental, que combinam o trabalho voluntário com o assalariado e que atuam como mediadoras de ações desenvolvidas em parceria, segundo programas estruturados para áreas sociais como educação, saúde, desporto, meio ambiente, entre outras áreas. São entidades com fins públicos mas não voltados para o lucro e têm um papel chave nas relações entre o estado e a sociedade e no desenvolvimento local e regional.

Estas organizações sem fins lucrativos assumem diversas missões, de acordo com as dimensões que desenvolvem – políticas, culturais, desportivas, sociais, ambientais de lazer ou outras, mas a sua responsabilidade social extravasa o simples cumprimento dos objetivos a que se propõem. Para além de promoverem o desenvolvimento pessoal e social das pessoas envolvidas (utentes, praticantes, sócios, etc), são também força motriz para o desenvolvimento local de uma região, município ou localidade.

Este setor tem evoluído, tem movimentado recursos e gerado emprego e, ao mesmo tempo, tem também contribuído para o aumento do potencial social das regiões em que se insere.

Com este estudo pretendemos conhecer e caracterizar a economia social do concelho de Tomar e perceber em que medida a dinâmica e o funcionamento das suas entidades de terceiro setor têm impacto social e capacidade de gerar valor no território.

O objeto de estudo é, assim, o concelho de Tomar e o conjunto das suas entidades de terceiro setor e o seu contributo no desenvolvimento local do concelho.

Nestas premissas, considerámos para este estudo, os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e caracterizar as entidades que constituem o terceiro setor do concelho de Tomar, obtendo uma visão panorâmica da economia social do concelho;
- Analisar a dimensão do envolvimento da comunidade nas atividades promovidas pelas entidades do terceiro setor, no concelho de Tomar;
- Conhecer os recursos e potencial existentes como base de criação de uma rede de parcerias local;
- Analisar e refletir sobre o potencial humano e social do concelho de Tomar;
- Sensibilizar os agentes educativos locais para a problemática em estudo.

O cruzamento destes objetivos permite-nos formular a nossa pergunta de partida:

- Em que medida a dinâmica das entidades do terceiro setor do concelho de Tomar contribui para a educação e desenvolvimento da comunidade local?

2. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Com esta investigação pretendemos conhecer e identificar as diferentes entidades do terceiro setor do concelho de Tomar e perceber em que medida a sua atividade contribui para o desenvolvimento local.

A metodologia de investigação escolhida foi a quantitativa, considerando que o que se pretende é conhecer uma situação objetiva, relativamente a um alargado número de elementos, neste caso, organizações do terceiro setor.

Metodologia deriva etimologicamente da palavra grega *metatodos* e corresponde a um programa que regula uma sequência de operações a executar, com vista a atingir um determinado resultado.

Nas ciências sociais, a metodologia corresponde ao conjunto de regras segundo as quais a pesquisa deve ser abordada, ou seja, relaciona-se com determinados procedimentos de

forma a tornar o conhecimento válido e aceite pela comunidade científica - um conhecimento com autoridade, credível.

Émile Durkheim foi pioneiro na definição de regras a aplicar para estudar os factos sociais. Na sua obra “As regras do método sociológico” (1998), com o objetivo de caracterizar e definir o método a aplicar ao estudo dos factos sociais, começa por esclarecer o que é um facto social e define depois as regras em função das respetivas aplicações, a saber: observação dos factos sociais; distinção entre o normal e o patológico; constituição dos tipos sociais; explicação dos factos sociais; utilização da prova.

Segundo Durkheim, factos sociais relacionam-se com o domínio da sociologia e consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, que existem acima das consciências individuais, sendo dotados de um poder coercivo.

“Por conseguinte, não podem confundir-se com os fenómenos orgânicos, visto que consistem em representações e em acções; nem com fenómenos psíquicos, que não têm existência senão na consciência individual, e devido a ela. Constituem, pois, uma espécie nova e a eles se deve atribuir e reservar a qualificação de sociais” (Durkheim, 1998, p. 31).

Em termos de abordagens em investigação social, Marie Fabienne Fortin distingue a quantitativa da qualitativa indicando que “a abordagem quantitativa, baseada na perspetiva teórica do positivismo, constitui um processo dedutivo pelo qual os dados numéricos fornecem conhecimentos objetivos no que concerne às variáveis em estudo.” (Fortin, 2009, p. 322)

Richardson (1999, p.70) afirma que a abordagem quantitativa:

“caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.”

Esta abordagem permite assim quantificar a informação e analisar os dados de forma comparativa. Por outro lado, aponta para a utilização privilegiada do questionário como instrumento de recolha de dados para a aplicação de questões objetivas a um alargado

número de respondentes, sendo depois possível medir as opiniões e estabelecer relações de causa-efeito entre variáveis, através de tratamento estatístico dos dados recolhidos.

Fortin indica que “as estratégias tais como o controlo, os instrumentos metodológicos e a análise estatística visam tornar os dados válidos, isto é, assegurar uma representação da realidade, de modo a que estes dados possam ser generalizáveis a outras populações” (Fortin, 2009, p. 322).

3. FONTES E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

De acordo com Fortin (2009), existem formas diferentes de recolha ou coleta de dados, consoante o tipo de estudo que se pretende desenvolver. Assim, num estudo exploratório-descritivo, em que o investigador procura uma grande quantidade de informação sobre determinado fenómeno, devem ser utilizadas observações, entrevistas e questionários semi-estruturados; em estudos descritivos, em que o investigador pretende detetar algumas relações entre variáveis e fatores descritos na investigação, deverão ser escolhidos métodos mais estruturados (questionário, observações e entrevistas estruturadas); por fim, em estudos em que é examinada a natureza das relações entre variáveis deve recorrer-se a questionários, entrevistas estruturadas e escalas de medida ou testes normalizados.

No nosso caso, porque se pretende um levantamento generalizado das diferentes entidades do concelho e analisar algumas relações entre variáveis, foi aplicado o inquérito por questionário.

No entanto, antes e para além da aplicação do questionário, procedemos também a uma análise documental como método de investigação, que permitiu a recolha de informações complementares importantes para a recolha dos dados. Foram analisados documentos produzidos pelo município como o Plano de Desenvolvimento Social 2015/2020; a Carta Educativa de Tomar, o Plano Diretor Municipal, o Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo de Tomar e as bases de dados existentes nos serviços de educação, cultura, desporto e ação social do município de Tomar, no sentido de obter os contactos de todas as entidades da economia social de Tomar.

Com esta análise documental foi possível efetuar um levantamento da caracterização da rede de economia social do concelho de Tomar, que importava realizar no âmbito deste estudo.

Por outro lado, no que respeita à análise dos resultados, face às não respostas obtidas nos questionários enviados, optou-se por analisar apenas os 22% de respostas recolhidas.

3.1. A utilização do inquérito por questionário

Para Quivy & Campenhoudt (1998, p. 188) o inquérito por questionário visa “a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem” e consiste na realização de um conjunto de perguntas a um grupo representativo de uma população, relativas “à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema (...)” (Idem, ibidem).

Também Fortin refere o questionário como um instrumento que permite “organizar, normalizar e controlar os dados, de tal forma que as informações procuradas possam ser colhidas de uma maneira rigorosa.” (Fortin, 2009, p. 249).

Para Ghiglioni & Matalon (1993, p. 106), os objetivos dos questionários passam por pelo menos um dos seguintes propósitos – estimar certas grandezas “absolutas”; estimar grandezas “relativas”; descrever uma população ou subpopulação ou verificar hipóteses.

Face aos objetivos do nosso estudo empírico, o inquérito por questionário foi utilizado, em termos metodológicos, para conhecer a dinâmica das entidades do terceiro setor do concelho de Tomar, tornando-se necessário interrogar um elevado número de pessoas num espaço de tempo mais ou menos curto.

Considerando o foco que tem sido dado, na atualidade às questões da economia social, da governança partilhada e do impacto destas entidades no desenvolvimento das comunidades onde se inserem, pensámos verificar essa dimensão no concelho de Tomar.

Para isso, recorreremos ao inquérito por questionário, inquirindo as entidades de terceiro setor constantes nas bases de dados dos serviços de educação, ação social, cultura e desporto do município de Tomar no ano de 2015.

No que respeita à classificação das entidades ou associações por tipologia ou área de atuação, foi considerada a Classificação Internacional das Organizações não Lucrativas, explicada no estudo de Comparação Internacional do Sector Não Lucrativo, coordenado em Portugal por Raquel Campos Franco, da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Franco, 2009, p. 7), que classifica os setores de atividade em que se centra a atuação destas organizações.

Esta classificação, estabelecida a partir da atividade principal exercida pela organização, tem vindo a ser adotada como contributo para compreender o tipo de intervenção empreendida pelas Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDLs) e

“identifica doze diferentes categorias de actividade das organizações da sociedade civil. Aqui incluídas estão essencialmente funções de serviço (que incluem educação e investigação, saúde e serviços sociais) bem como funções de expressão (que incluem participação cívica e advocacia; artes, cultura e lazer; protecção ambiental; e associações empresariais, sindicais e profissionais)” (Idem, ibidem).

Antes de aplicar o questionário procedemos à construção do mesmo, seguindo os procedimentos enunciados por Ghiglioni & Matalon (1993) e de acordo com os objetivos definidos na metodologia (anexo 2).

Na construção do questionário, optámos por questões de resposta fechada ou em escala, com recurso à escala tipo Likert, com cinco níveis. Foi elaborada uma matriz inicial e procedeu-se à sua validação através de um pré-teste aplicado a duas pessoas pertencentes a duas IPSS's de fora do concelho de Tomar, tendo-lhes sido solicitado que analisassem eventuais dificuldades de compreensão das questões ou outros problemas na resposta ao questionário.

O questionário (anexo 3) foi efetuado on-line, através de uma plataforma do Google e foi privilegiado o envio do link para o preenchimento, através de e-mail.

O principal objetivo desta investigação empírica foi o de procurar compreender em que medida a dinâmica das entidades do terceiro setor do concelho de Tomar contribui para a educação e desenvolvimento da comunidade local. Assim, o questionário é constituído por 36 perguntas fechadas, divididas em seis diferentes áreas, designadamente;

1 – **Identificação e Caracterização**, no sentido de identificar e caracterizar cada uma das associações, de forma a podermos mapear a informação obtida (nome, data de fundação, freguesia em que tem sede, tipo de associação (Categorias com base na Classificação Internacional das Organizações não Lucrativas (Franco, 2005) e número de sócios);

2 – **Atividades / Área de intervenção**, de forma a identificar o tipo, a periodicidade e o público a que se dirigem as atividades desenvolvidas (número de beneficiários / atletas por área de intervenção, público a que se destinam as atividades desenvolvidas, média de participantes nas atividades, existência de plano de atividades e sua divulgação, avaliação das atividades);

3 – **Parcerias**, procurando analisar eventuais práticas de trabalho em parceria com outras entidades (existência de parcerias formalmente constituídas e frequência com que desenvolve atividades em parceria);

4 - **Impacto no desenvolvimento local**, no sentido de aferir de que forma as entidades participam no desenvolvimento da comunidade e se a sua dinâmica produz efeitos em termos de economia local (número de trabalhadores e colaboradores, número de voluntários; postos de trabalho gerados, volume financeiro e projetos para o futuro);

5 – **Financiamentos**, procurando perceber até que ponto as entidades conseguem ter viabilidade financeira por meios próprios ou dependem de que financiamento exterior (proveniência das receitas e que candidaturas a financiamentos);

6 - **Contributos para o desenvolvimento local**, aferindo que mais valias existem na instituição que possam ser rentabilizadas pela comunidade e por outras instituições e de que forma é também recíproca essa rentabilização (que contributos podem ser dados / oferecidos para atividades em parceria e que dificuldades poderiam ser colmatadas com recurso a contributos de outras organizações).

Decidimos remeter o questionário por mail, através da aplicação Google docs, formulários do Google, para os endereços existentes. Entretanto percebemos que algumas das associações estão inativas ou a funcionar só com bar e não foi possível obter endereços de e-mail de outras entidades, pelo que foram contactadas apenas 110 entidades para responder ao questionário.

Dos mails enviados, responderam ao questionário 35 entidades.

Considerando o número de não respostas e tendo em conta a existência de alguns dados fornecidos pelo município de Tomar relativamente ao conjunto das 159 entidades, considerámos pertinente efetuar uma caracterização de todas as entidades do concelho e proceder à análise e tratamento das 35 respostas obtidas nos questionários.

4. TÉCNICAS DE TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Com os dados obtidos a partir da análise documental, constituiu-se uma base de dados em excel que permite observar / mapear o conjunto das entidades do terceiro setor do concelho de Tomar.

A partir dos dados recolhidos nos inquéritos por questionário, aplicados às diferentes entidades, os quais foram constituídos, como já referido, por questões de resposta fechada e questões em escala com recurso à escala tipo Likert, com cinco níveis, os dados obtidos foram codificados para poderem ser tratados através do programa SPSS.

Para a apresentação dos resultados, recorreu-se ao programa excel, para a apresentação de gráficos e quadros resumo.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

5.1. Breve caracterização geográfica do concelho de Tomar

O concelho de Tomar situa-se no centro geográfico do país (figura 1), no distrito de Santarém, integra a sub-região do Médio Tejo, ocupa uma área de 351.2 Km² e é habitado por 40 677 pessoas. A cidade de Tomar, com 20 000 habitantes, é a capital

política da Comunidade Urbana do Médio Tejo e sede de concelho com 11 freguesias (figura 2).

FIGURA 1 – Localização do concelho de Tomar no mapa de Portugal



FIGURA 2 – Freguesias do concelho de Tomar

Tem, como concelhos limítrofes, Ferreira do Zêzere, Abrantes, Vila Nova da Barquinha, Torres Novas e Ourém e é atravessado pelo rio Nabão, que divide a cidade sede de concelho. Situado na margem direita do rio Zêzere (principal afluente do rio Tejo), constitui um espaço natural de grande valor patrimonial e turístico, integrando também a Albufeira do Castelo de Bode.

No que respeita a acessibilidades, o concelho dispõe de trajetos fáceis para todas as regiões do país, através de itinerários complementares e autoestradas, para além das nacionais.

Além desta rede viária de ligação ao exterior, o concelho é ainda atravessado por uma rede diversificada de estradas municipais, que serve todas as suas freguesias e polos urbanos limítrofes. A sua proximidade e fácil acessibilidade à A1 constitui uma mais-valia para o concelho.

No que concerne à rede ferroviária, o concelho possui um ramal ferroviário que liga a cidade de Tomar ao importante nó ferroviário do Entroncamento e é ainda servido pela linha do Norte em duas estações.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Social do concelho, Tomar apresenta uma irregular distribuição da população por freguesia, constatando-se (Censos 2011) ser a freguesia de Santa Maria dos Olivais a que regista o valor mais elevado neste índice, seguida da freguesia de S. João Baptista (ambas constituem atualmente a União de Freguesias de S. João Batista e Santa Maria dos Olivais) e situam-se na zona urbana. As freguesias localizadas a Sudoeste (Asseiceira, Carregueiros, Paialvo, Madalena e Beselga) apresentam valores entre 100 a 200 hab./Km². São Pedro de Tomar, Serra e Junceira, Casais e Alviobeira, Além da Ribeira e Pedreira constituem um conjunto de freguesias cuja densidade populacional oscila entre os 60 e os 100 hab./Km². As restantes freguesias (Sabacheira e Olalhas) apresentam os valores mais baixos (20 a 60 hab./Km²).

Com uma densidade populacional de 115,8 hab/Km², em 2011, é o quarto concelho mais densamente povoado entre os treze que fazem parte do Médio Tejo⁴, e o segundo com mais população (40 677 habitantes), sendo apenas ultrapassado pelo concelho de Ourém.

Comparando dados relativos a 2011 (quadro 1), verifica-se que o concelho de Tomar, com uma densidade populacional superior quer à nacional, quer à região do Médio Tejo, regista uma taxa de natalidade inferior à desses dois territórios e uma taxa de mortalidade superior.

QUADRO 1 - Indicadores de contextualização do concelho de Tomar, ano 2011

Indicadores	Tomar	Médio Tejo (NUTS III)	Portugal
Superfície (Km ²)	351,2	3.344,2	92.212,00
População	40.677	246.922	10.557.560
Densidade populacional	115,8	73,8	114,5
Taxa natalidade (‰)	6,0	7,1	9,2
Taxa mortalidade (‰)	13,4	12,4	9,7

Fonte: <http://www.pordata.pt>

⁴ Fonte: www.pordata.pt. Dados de acordo com a versão 2013 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

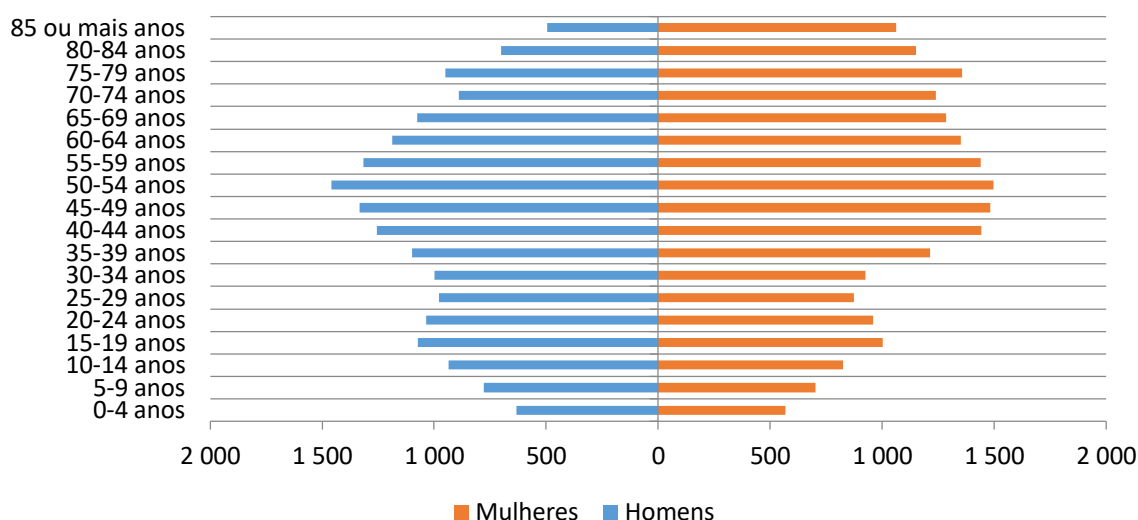
Com efeito, de acordo com as estimativas anuais da população residente, apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), regista-se um decréscimo populacional, sendo a estimativa de população residente em Tomar, para o ano de 2014, de 38 581 indivíduos. Este decréscimo é transversal à maioria dos municípios da região do Médio Tejo, com exceção para o Entroncamento. Efetivamente, Tomar apresenta resultados negativos, quer na taxa de crescimento efetivo, quer nas taxas de crescimento natural e de crescimento migratório, em consonância com o que acontece também a nível regional e nacional.

Dentro das alterações demográficas que têm vindo a ocorrer na estrutura da população portuguesa, Barrisco destaca a ocorrência de mudanças na estrutura etária da população e, particularmente, o envelhecimento demográfico. “A pirâmide etária da população portuguesa evidencia o fenómeno de duplo envelhecimento, ou seja possui um aumento relativo do número de idosos (envelhecimento do topo) e uma diminuição do peso relativo dos jovens (envelhecimento na base)” (Barrisco, 2006, p. 23).

Como sublinha a autora, no conjunto da população portuguesa existe também um decréscimo de nascimentos considerável, facto derivado de um conjunto de razões apontadas por Barrisco (2006) como a emancipação da mulher, que a torna menos disponível para ter filhos mais cedo, a procura da estabilidade económica e profissional antes de ter filhos e questões económicas, relacionadas com a educação dos filhos.

A pirâmide etária do concelho de Tomar (figura 3), permite constatar que o concelho enfrenta efetivamente este duplo envelhecimento populacional: “envelhecimento no topo” (caracterizado por um aumento da esperança média de vida e do consequente aumento da percentagem de idosos) e “envelhecimento na base”, caracterizado pela diminuição da percentagem de jovens.

FIGURA 3 – Pirâmide etária do concelho de Tomar de acordo com as estimativas da população residente em 2014



Fonte: <http://pordata.pt>

De acordo com dados do INE, a taxa bruta de natalidade⁵ no concelho de Tomar tem vindo a diminuir, situando-se, em 2014, nos 5,0‰. O número de nados-vivos no município de Tomar decresceu de 245, em 2011 para 196, em 2014.

5.2. Breve resenha histórica

Com mais de 30 mil anos de fixação humana neste território, Tomar foi fundada por D. Gualdim Pais em 1160.

Sede das Ordens Militares do Templo e de Cristo, teve no Infante D. Henrique, no século XIV, um dos responsáveis pelo seu crescimento. Neste período a Vila beneficia de grande desenvolvimento, com urbanizações junto ao rio de forma bastante organizada para a época. No século seguinte, a presença de diversos arquitetos e pintores tornaram Tomar um importante centro artístico.

No período da dominação filipina, os reis espanhóis investem em Tomar: obras do Claustro Principal do Convento e Aqueduto dos Pegões, bem como a criação da ainda existente Feira de Santa Iria.

⁵ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10³) habitantes). (metainformação – INE)

Entre os meados do século XVII e finais do século XIX, verifica-se grande desenvolvimento industrial com a criação de diversas fábricas de vidro, fiação e tecidos, papel, entre outras.

Mais tarde, na sequência da visita da Rainha D. Maria II, Tomar foi elevada à categoria de Cidade em 1844, a primeira do distrito de Santarém. O Cinema surgiu seis anos após a sua invenção, no Teatro Nabantino, que daria lugar, em 1923, a novo edifício: o Cineteatro Paraíso; a Imprensa nasceu em 1879 com o semanário “A Emancipação”, e em 1901, após Lisboa, Porto, Elvas e Vila Real, Tomar foi servida com energia elétrica a partir da Central instalada no complexo dos antigos Moinhos da Vila.

Nos anos 50 foi inaugurada Barragem do Castelo do Bode, maior barragem hidroelétrica do País nas cinco décadas seguintes. Nesse período foi também renovada a Festa dos Tabuleiros que viria a ter uma notável projeção nacional e internacional.

Em 1983, a UNESCO reconheceu o conjunto Castelo Templário-Convento de Cristo como Património Mundial e no início dos anos 90 deram-se os primeiros passos para a recuperação e consolidação do Centro Histórico. No século XXI, Tomar conta com algumas instituições culturais nascidas ainda no século XIX, casos das bandas Gualdim Pais, Nabantina e Payalvense.

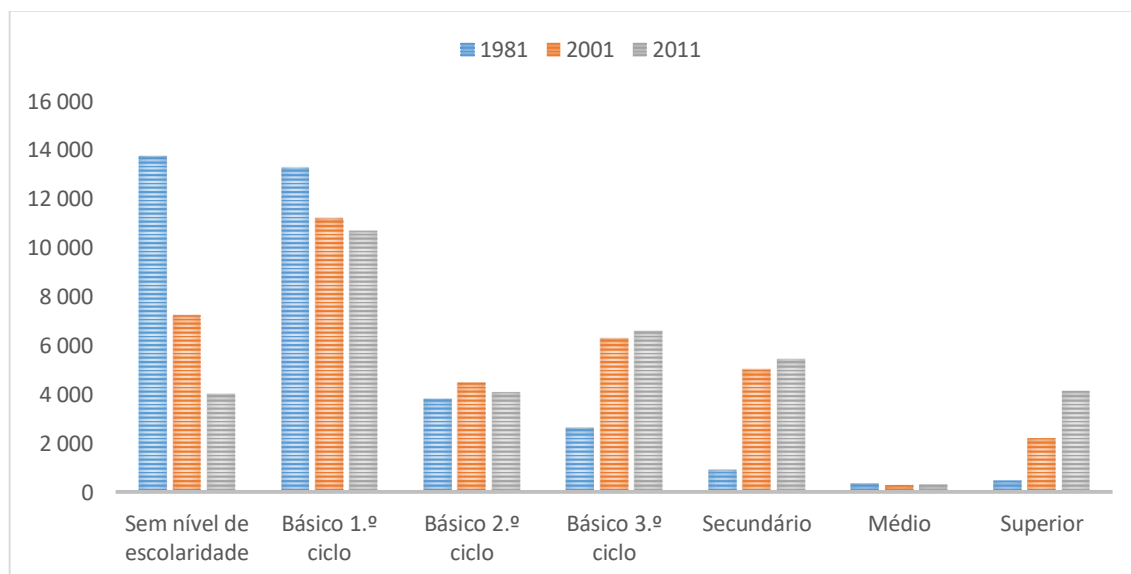
Tomar tem assim uma história e importância de relevo, com potencialidades endógenas que impõem alguma responsabilidade sobre os seus cidadãos, no sentido de a continuar a fazer prosperar, mesmo em tempos de crise.

5.3. Educação e formação – Alguns dados

No que respeita à população residente com 10 e mais anos, de acordo com os Censos 2011, a taxa de analfabetismo era, a essa data, de 5,7%, tendo evoluído em números muito próximos dos registados a nível nacional.

De acordo com o apresentado no gráfico 1, o nível de escolaridade da população com 15 e mais anos apresenta a maior fatia no nível básico – 1.º ciclo (10 698 indivíduos), mas é de salientar um aumento notório do número de pessoas que completaram o ensino superior, tendo este número quase duplicado desde 2001 e situando-se agora nos 4 156 indivíduos.

GRÁFICO 1 – Evolução da escolaridade da população em Tomar



Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

De acordo com o apontado no documento de monitorização da Carta Educativa de Tomar, a oferta educativa no concelho de Tomar encontra-se distribuída pelo ensino público e privado, abarcando o primeiro, todos os níveis de ensino e o segundo, a educação pré-escolar, o 1.º ciclo do ensino básico e o ensino profissional.

No ensino público, o concelho possui dois agrupamentos de escolas verticais, com níveis desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

A educação pré – escolar e o 1.º ciclo do ensino básico abrangem 10 das 11 freguesias do concelho, num total de 22 estabelecimentos públicos e cerca de 1600 crianças. Estes níveis são ainda ministrados em escolas particulares (seis de pré-escolar e duas de ensino básico, num total de 360 crianças);

Os 2º e 3º ciclos do ensino básico são lecionados em três EB 2,3 da cidade (Stª. Iria, Gualdim Pais e D. Nuno Álvares Pereira), sendo o 3º ciclo também lecionado nas duas escolas secundárias (Stª. Maria do Olival e Jácome Ratton), num total de 1805 jovens;

O ensino secundário é ministrado nas duas escolas secundárias com 3.º ciclo oficiais (Stª. Maria do Olival e Jácome Ratton), com um total de 1200 alunos e alunas;

Tomar concentra duas das três escolas do Instituto Politécnico de Tomar, contando com 1683 alunos e alunas no ensino superior, nessas duas escolas.

Em Tomar existe ainda oferta de ensino profissional no Centro de Formação Profissional do IEFP, na Escola Profissional de Tomar e em ambas as Escolas Secundárias do Concelho. Para além desta oferta profissional, existem também duas escolas de música e é lecionado ensino artístico da música e da dança nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Em termos de educação especial, o concelho tem um Centro de Integração e Reabilitação (IPSS), com Centro de Atividades Ocupacionais, Centro de Reabilitação Profissional e um Centro de Recursos para a Inclusão, para além de outras valências, que trabalha em articulação com os agrupamentos de escolas no sentido da promoção do bem estar dos seus utentes.

5.4. Outros aspetos promotores do desenvolvimento local em Tomar

Além da educação formal, importa nomear outro tipo de serviços de base, equipamentos e infraestruturas que caracterizam amplamente o município de Tomar e que contribuem direta ou indiretamente para o desenvolvimento local, através, nomeadamente da promoção da componente de educação não formal e informal e da educação/formação permanente e ao longo da vida.

Para além dos equipamentos de cultura e lazer distribuídos pelas freguesias do concelho pertencentes ao movimento associativo que iremos aprofundar mais à frente, destacamos aqui o importante papel de outras estruturas existentes, preciosas na constituição de redes e parcerias para o desenvolvimento local.

Assim, o município possui:

- a Biblioteca Municipal que possui um vasto plano de atividades e uma dinâmica muito forte em termos de projetos específicos, como são o “Mente Sã” (deslocação de técnicos da biblioteca a lares e centros de dia para promoção da oralidade e da leitura), o “Chá com Letras” (Clube de leitura), o “E tudo acontece...” (breves sessões de animação variada em momentos singulares na biblioteca), entre outros projetos;

- uma Universidade Sénior dinamizada através de uma Comissão de alunos e uma coordenação e frequentada por mais de 200 alunos em mais de 20 diferentes disciplinas;
- o Cine-teatro com uma programação artística anual que procura dinamizar a oferta e a diversidade de iniciativas culturais na cidade;
- o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, situado na Mata Nacional dos 7 Montes, um espaço de excelência para o contacto com a natureza e a promoção e dinamização de atividades de cariz ambiental e de sustentabilidade;
- o Complexo Cultural da Levada, ainda a finalizar a sua construção, mas onde já se têm dinamizado um conjunto de iniciativas ligadas à história e aos ofícios daquele local – onde funcionou uma das primeiras centrais elétricas de Portugal;
- um conjunto de importantes monumentos e museus, como a Sinagoga de Tomar (único templo hebraico proto-renascença existente no nosso país), a Casa memória Lopes Graça, o Núcleo de Arte Contemporânea, o Museu dos Fósforos, diversas Igrejas e capelas e, com grande destaque, o Convento de Cristo e Castelo dos Templários, de onde partiu Portugal à conquista do mundo;
- um conjunto de equipamentos desportivos, que incluem piscinas, campos de ténis, squash, pavilhões desportivos, entre outros;
- diversos jardins e um centro histórico desenhado à luz da cidade de Jerusalém.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DOS DADOS

1. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO CONCELHO DE TOMAR

A listagem das entidades do nosso estudo foi recolhida em maio de 2015, com base na definição de entidades de economia social identificada na Lei de bases da economia social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), de entre os contactos existentes nas bases dos serviços de educação, ação social, desporto e cultura, designadamente associações de pais, IPSS's e misericórdia, associações com fins altruísticos e outras, conforme descrição no anexo 4.

Assim, constituímos uma base de dados com um total de 159 entidades, distribuídas da seguinte forma:

QUADRO 2 - Distribuição das entidades de economia social do concelho de Tomar, por tipologia

Tipologia ⁶	N.º Entidades	Percentagem
Cultura e Lazer	105	66%
Educação e Investigação	29	18%
Serviços Sociais	16	10%
Ambiente	1	1%
Desenvolvimento e Habitação	1	1%
Participação Cívica e Defesa de Causas	6	4%
Intermediários Filantrópicos e promotores do voluntariado	0	0%
Internacional	0	0%
Congregações Religiosas	0	0%
Associações empresariais e profissionais	1	1%
Total	159	

Fonte: Município de Tomar / Elaboração própria.

Considerando o número de não respostas e tendo em conta a existência de alguns dados fornecidos pelo município de Tomar relativamente ao conjunto das 159 entidades, considerámos pertinente efetuar uma caracterização de todas as entidades do concelho e proceder à análise e tratamento das 35 respostas obtidas nos questionários.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2016), na sua divulgação dos resultados preliminares da Conta Satélite da Economia Social, em 2010, a Economia

⁶ Classificação Internacional das Organizações não Lucrativas

Social representou 2,8% do VAB nacional, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado. As remunerações pagas pela Economia Social representaram 4,6% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a pouco mais de 4/5 da remuneração média no conjunto da economia. O estudo acrescenta ainda que este setor, no ano de 2010, integrava “cerca de 55 mil unidades, que se distribuíam por um conjunto diversificado de atividades, entre as quais se destacavam os serviços de ação e solidariedade social, com um peso relativo no VAB da Economia Social ligeiramente superior a 40%.” (INE, 2016).

Neste sentido, confirma-se o forte impacto deste setor não só na economia mas também na resposta às necessidades dos cidadãos e, consequentemente, no desenvolvimento das comunidades em que se inserem, pelo que importa fazer o reconhecimento das entidades existentes nesta área e o levantamento das atividades desenvolvidas.

Estas estruturas são ainda relativamente recentes e não existem ainda muitos estudos realizados nesta área, pelo que não se conhece bem o nível de participação da população portuguesa em termos associativos. Os estudos existentes mostram, porém, que o nível de participação associativa é relativamente baixo. “Por exemplo, segundo os dados de participação social do Eurobarómetro de 1998, apenas 26% dos portugueses teriam um qualquer tipo de participação em actividades formalizadas de natureza social, cultural ou política, contra 46% da média da União Europeia” (Freire, 2007, p. 311). No entanto, estes números têm vindo a aumentar e variam de região para região.

Tendo em conta a diversidade e multiplicidade de entidades do terceiro setor envolvidas em projetos na comunidade, baseámo-nos, para o nosso estudo, no entendimento de Viegas, que considera como associação “todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses” Viegas (2004, p. 34).

No nosso levantamento, analisámos grupos de indivíduos que não procuram o lucro como fim das suas dinâmicas e que se constituem em organizações com alguma formalidade, pelo que não foram analisados pequenos grupos informais, associações não voluntárias, organizações principalmente dependentes dos poderes locais, como por

exemplo associações municipais e organizações muito conotadas com o setor privado, numa lógica empresarial.

Como já referimos no capítulo anterior, Tomar é um concelho cheio de história, potencialidades e gente mobilizadora, que se orgulha das suas terras e origens e que trabalha no sentido do seu próprio desenvolvimento, mobilizando-se sem ficar dependente dos subsídios públicos. Tomar é um concelho recheado de iniciativas nas áreas do lazer, do desporto, da cultura, da animação e também na área do social, do ambiente e da proteção da natureza.

Talvez seja difícil encontrar um fim de semana num ano em que não decorra alguma iniciativa promovida por ou em parceria com alguma entidade sem fins lucrativos, apenas no sentido da promoção do bem estar dos envolvidos.

De acordo com os dados recolhidos no município, concluímos que existem 159 entidades, distribuídas pelas diferentes freguesias, de onde se destaca a união de freguesias de S. João Batista e Santa Maria dos Olivais, com um total de 66 entidades, que se situa na cidade, seguida da união de freguesias de Madalena / Beselga, com 14 entidades.

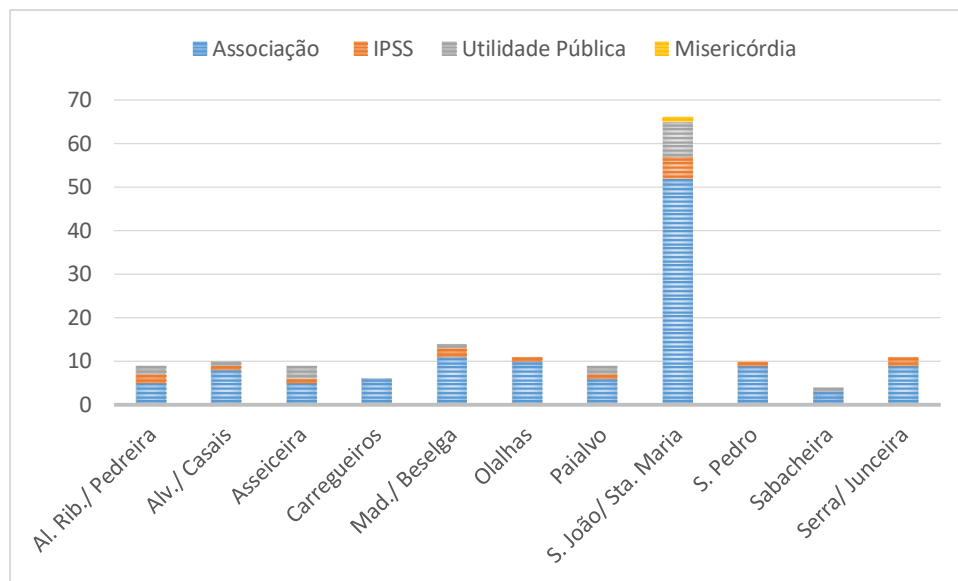
QUADRO 3 – Número de entidades por freguesia

Tipologia da Entidade					Total
Freguesia da Sede	Associação	IPSS	Utilidade Pública	Misericórdia	
Al. Rib./ Pedreira	5	2	2		9
Alv./ Casais	8	1	1		10
Asseiceira	5	1	3		9
Carregueiros	6				6
Mad./ Beselga	11	2	1		14
Olalhas	10	1			11
Paialvo	6	1	2		9
S. João/ Sta. Maria	52	5	8	1	66
S. Pedro	9	1			10
Sabacheira	3		1		4
Serra/ Junceira	9	2			11
Total	124	16	18	1	159

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Município de Tomar / Elaboração própria

Em jeito de comparação gráfica, percebemos que todas as freguesias apresentam entidades associativas, com grande destaque para as Associações. No entanto, existem também IPSS em praticamente todas as freguesias (as exceções são Carregueiros e Sabacheira, as freguesias com menor população do concelho) e instituições com reconhecido estatuto de utilidade pública em 7 das 11 freguesias do concelho.

GRÁFICO 2 – Distribuição das entidades por freguesia



Realizando um cruzamento de dados entre a população residente em 2011, em cada uma das freguesias, e o número de associações acima identificado, verificamos que é na freguesia de Olalhas onde existe uma maior concentração associativa.

QUADRO 4 – Concentração de entidades associativas, por população residente

Freguesia da Sede	População residente (2011)	Total de entidades	N.º Entidades / 1000 habitante
Al. Rib./ Pedreira	1313	9	6,85
Alv./ Casais	2965	10	3,37
Asseiceira	2945	9	3,06
Carregueiros	1179	6	5,09
Mad./ Beselga	3990	14	3,51
Olalhas	1415	11	7,77
Paialvo	2599	9	3,46
S. João/ Sta. Maria	18209	66	3,62
S. Pedro	3027	10	3,30

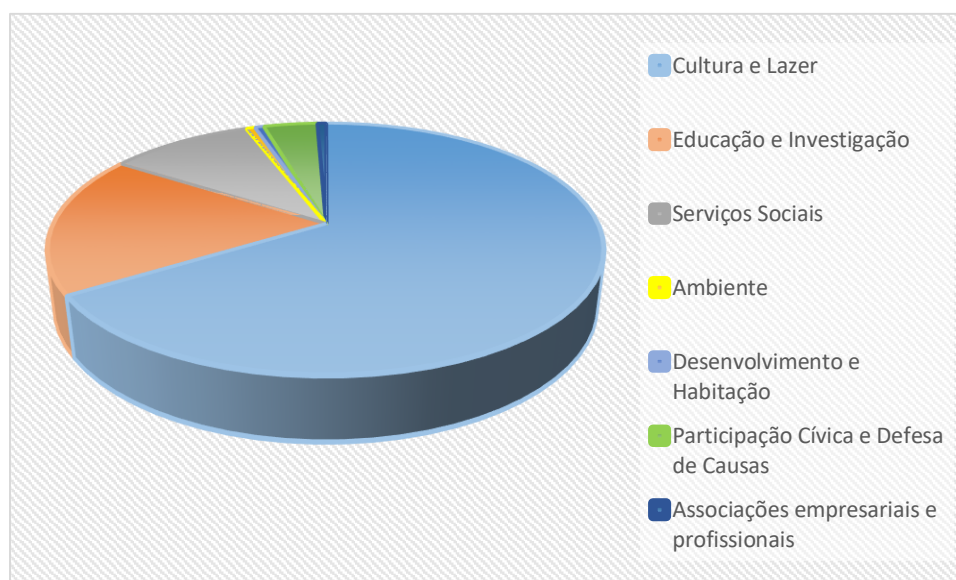
Freguesia da Sede	População residente (2011)	Total de entidades	N.º Entidades / 1000 habitante
Sabacheira	955	4	4,19
Serra/ Junceira	2080	11	5,29
Total	40677	159	3,91

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Município de Tomar / Elaboração própria

As entidades presentes na freguesia de Olalhas são, no entanto, na sua maioria, associações recreativas que vão promovendo uma ou outra iniciativa ou festa anual e que, apesar de promoverem o envolvimento dos residentes e algum dinamismo local, acabam por não ter o impacto que vemos noutras entidades de freguesias mais centrais relativamente à cidade.

Analisando as entidades existentes com base nos setores de atividade definidos na classificação internacional das organizações não lucrativas (Franco, R. 2009, p. 7), verificamos que a grande maioria das entidades se enquadra no setor de Cultura e Lazer (que abrange atividades nas áreas da cultura, artes e desporto), seguindo-se a área da educação e investigação (onde incluímos as associações de pais das escolas, entidades com papel preponderante na educação das crianças do concelho pois são elas as entidades gestoras dos espaços de Atividades de tempos livres no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, em parceria com o município).

GRÁFICO 3 – Distribuição das entidades de economia social do concelho, por tipologia



Considerando a grande fatia de entidades no setor de Cultura e Lazer e dada a abrangência desse setor, verificamos que, se dividirmos as entidades pelas diferentes sub-áreas, continuamos a registar entidades nas mais diversas áreas de atuação.

Apesar da maioria das entidades realizar atividades em mais do que uma área, optámos, para esta análise, por considerar apenas o setor de atividade com maior destaque ou tradição em cada uma das entidades. No entanto, importa destacar que um grande número de entidades desenvolve um conjunto muito diverso de iniciativas, relacionadas com diferentes setores e áreas de atuação, pelo que os números apresentados desta forma acabam por ser um pouco redutores relativamente ao verdadeiro dinamismo desenvolvido.

Nesta sequência e feita a divisão, constatamos que, apesar da maioria das entidades desenvolver maioritariamente atividades recreativas ou de animação de forma mais ou menos esporádica, existem, neste setor de atividade, metade das entidades que dinamizam atividades concretas e com maior regularidade nas áreas da cultura (teatro, cinema, pintura, etc), do desporto (federado e recreativo), do folclore e da música (quadro 5).

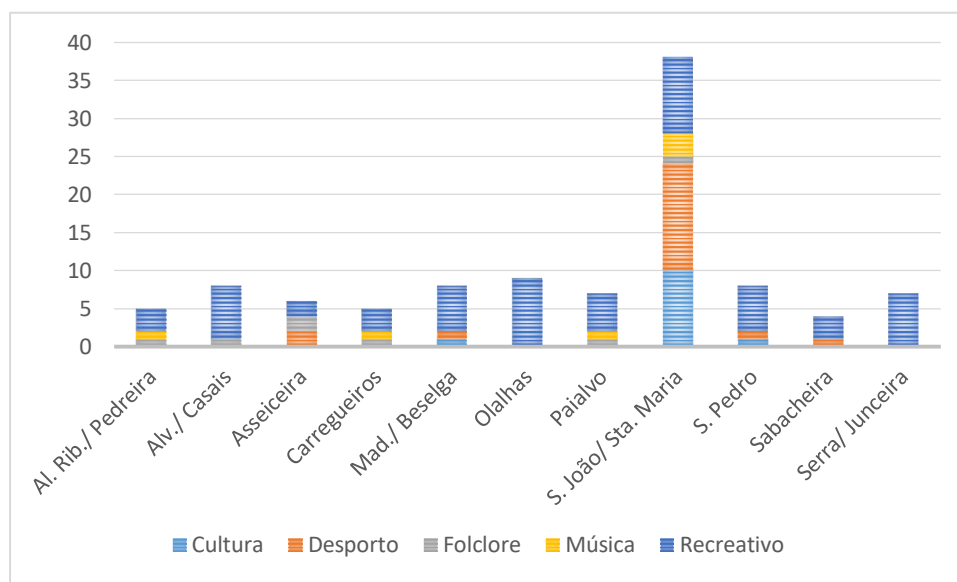
QUADRO 5 – Distribuição das entidades do setor de Cultura e Lazer por sub área e freguesia

	Setor de Atividade					
Freguesia da Sede	Cultura e Lazer					Total
	Cultura	Desporto	Folclore	Música	Recreativo	
Al. Rib./ Pedreira			1	1	3	5
Alv./ Casais			1		7	8
Asseiceira		2	2		2	6
Carregueiros			1	1	3	5
Mad./ Beselga	1	1			6	8
Olalhas					9	9
Paialvo			1	1	5	7
S. João/ Sta. Maria	10	14	1	3	10	38
S. Pedro	1	1			6	8
Sabacheira		1			3	4
Serra/ Junceira					7	7
Total	12	19	7	6	53	105

O seguinte gráfico representa a mesma distribuição das entidades associadas ao setor de Cultura e Lazer, por freguesia e por sub-área de atividade, onde se denota o destaque

para a área recreativa mas que revela uma representação, em todas as freguesias, de outro tipo de atividades mais específicas, que vão além da recreação e lazer.

GRÁFICO 4 - Distribuição das entidades do setor de Cultura e Lazer por freguesia e sub área



No sentido de procurar clarificar com maior pormenor que tipo de atividades se desenvolvem, com alguma regularidade, no concelho de Tomar, procedeu-se a uma análise mais detalhada das atividades desenvolvidas pelo conjunto das entidades e, dividindo em três grandes áreas (Desporto / Expressões ou Atividades Culturais / Área Social), verificamos que o concelho de Tomar possui uma rede alargada de equipamentos e respostas que vai respondendo às necessidades de bem estar da população em geral, incluindo o apoio a famílias em situação de maior vulnerabilidade económica e social.

Neste sentido, apresentamos de seguida três quadros que representam a distribuição das atividades por freguesia nestas três áreas, indicando o número de entidades que promovem cada uma das atividades / respostas.

De acordo com os dados apresentados no quadro 6, verificamos que as atividades desportivas com cariz regular são muito diversas e desenvolvem-se maioritariamente na cidade de Tomar, tendo em conta a maior concentração dos equipamentos necessários para essas práticas desportivas. No entanto, existem algumas entidades que promovem também, em cinco freguesias de fora da cidade, diversos tipos de desporto.

QUADRO 6 - N.º de entidades com atividade na área do Desporto, por tipo de desporto e freguesia

Desporto	S. João/ Sta. Maria	Asseiceir a	S. Pedro	Madalena / Beselga	Sabacheir a	Serra/ Junceira
Artes Marciais e Lutas (Boxe; Full Contact; Jiu-Jitsu; Judo; Karaté; etc)	2			1		
Atletismo (salto, corrida, marcha, lançamentos)	2					1
Desportos Coletivos (Andebol / Badminton / Basquetebol / Futebol / Futsal / Hóquei em patins / Rugby / Voleibol / etc)	6	2		1	1	
Desportos Individuais (Ciclismo / Patinagem / Ténis / Ténis de Mesa / Pesca / Squash)	5	1	1			
Desportos motorizados Automobilismo; Motociclismo, etc	4		1			
Desportos náuticos e aquáticos (Bodyboard; Canoagem; Mergulho; Motonáutica; Natação)	3		1			
Desportos Radicais (Corrida de Aventura; Mountain Bike; Skate; Rapel; etc)	2					
Total	24	3	3	2	1	1

Também na área das expressões e atividades culturais, verificamos a grande diversidade da oferta na junta urbana de Tomar (quadro 7), com 38 respostas neste tipo de atividades na cidade. Destacam-se as diferentes respostas existentes na área do teatro, cinema e animação de rua e as atividades relacionadas com o artesanato ou a defesa do património.

Nas freguesias não urbanas também se vão desenvolvendo atividades de cariz regular nas diferentes áreas de expressão artística, com destaque para as freguesias de Além da Ribeira/ Pedreira e Paialvo, com seis diferentes tipos de oferta cultural em cada uma das freguesias.

QUADRO 7 - N.º de entidades com atividade na área das Expressões / Atividades Culturais, por tipo de atividade e freguesia

Expressões / Atividades Culturais	S. João / Sta. Maria	Al. Rib/ Pedreir a	Paialvo	Asseice ira.	Mad. / Beselga	Carreg.	S. Pedro	Serra/ Junceir a	Olalhas
Esc. Música	3	1	1						
Banda Filarmónica	3	1	1						
Canto / Tuna / Coro	3	1		1					
Instrumental	3		2						

Expressões / Atividades Culturais	S. João / Sta. Maria	Al. Rib/ Pedreira	Paialvo	Asseiceira.	Mad. / Beselga	Carreg.	S. Pedro	Serra/ Junceira	Olalhas
Dança / Folclore	4	2	1	2		1	1		
Cinema / Teatro / Animação de rua	10		1		2	1	1		1
Escutismo	1			1	1				
Artesanato / Património	10	1						1	
Passeios / Caminhadas / Trails	1			1					
Total	38	6	6	5	3	2	2	1	1

Na área social, percebemos também que existe uma boa cobertura de respostas sociais. Este tipo de respostas pretende salvaguardar o bem estar social das populações e colmatar, em primeira instância a satisfação das necessidades das famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

Na cidade de Tomar existem 42 diferentes respostas sociais nas diversas entidades da freguesia urbana. Destacam-se ainda as freguesias de Serra/ Junceira e de Além da Ribeira / Pedreira no tipo de respostas sociais desenvolvidas pelas suas entidades (Quadro 8).

Destacamos, neste ponto, o importante papel da Rede Social de Tomar e do seu Conselho Local de Ação Social que mantém uma atividade ativa e regular, no sentido de fortalecer as parcerias e promover o envolvimento dos parceiros no sentido de rentabilizar os recursos existentes, eliminar sobreposições de intervenção e melhorar o planeamento dos serviços e a celeridade das respostas, adequando-as o melhor possível aos problemas sociais do concelho.

QUADRO 8 - N.º de entidades com atividade na área Social, por resposta social e freguesia

Área Social	S. João/ Sta. Maria	Serra/ Junceira	Além Rib. / Pedreira	Mad. / Beselga	Paialvo	Asseiceira	S. Pedro	Alv. / Casais	Olalhas	Carregueiros
Atividades Tempos Livres	16	2	3	3	2	1	1	1	1	1
Acolhimento Temporário	2									
Ajuda alimentar	6	2	2	2	1	1	1	1	1	
Apoio domiciliário	3	2	2	1	1	1	1	1	1	
Cantina Social	3	2	2	1	1	1	1	1	1	
Creche	3	1								
Centro de convívio /	3	2	2	1	1	1	1	1	1	

Área Social	S. João/ Sta. Maria	Serra/ Junceira	Além Rib. / Pedreira	Mad. / Beselga	Paialvo	Asseiceira	S. Pedro	Alv. / Casais	Olalhas	Carregueiros
Centro de dia										
Cuidados Continuados	2	1								
Intervenção Precoce		1								
Jardim de infância	2									
Lar de Idosos	2	2	2	1	1	1	1	1		
Total	42	15	13	9	7	6	6	6	5	1

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Seguidamente são apresentados e discutidos os resultados obtidos pela aplicação dos questionários às entidades que constituem a amostra em estudo (35 entidades).

Para a realização do tratamento e análise dos dados fornecidos pelos inquéritos, procedeu-se a uma categorização prévia das variáveis, à codificação das respostas e, posteriormente, ao seu tratamento informático utilizando o programa SPSS.

A apresentação dos resultados será feita de forma sequencial, de acordo com a ordem dos grupos de questões apresentados no questionário.

Em função dos objetivos do estudo, procuramos apresentar, para cada grupo de questões, alguns resultados mais relevantes, juntamente com os dados estatísticos que os justificam.

Responderam ao questionário 35 associações, uma percentagem de 22% das 159 associações analisadas no ponto anterior.

QUADRO 9 - Percentagem de respostas aos questionários

Entidades de Terceiro Setor / Economia social analisadas	Respostas obtidas	
	Frequência absoluta	Percentagem
159	35	22%

2.1. Identificação e caracterização

Apresentamos de seguida uma breve caracterização das entidades a partir das respostas obtidas, em termos de nome, ano de fundação, freguesia da sede, setor de atividade e número de sócios.

2.1.1. Nome da entidade

Apesar do nome ser uma resposta facultativa, a maioria identificou a entidade, pelo que se apresenta a listagem dos respondentes.

QUADRO 10 - Identificação dos respondentes

Nome Entidade	Ano Fundação	Freguesia da Sede	Setor de Atividade
N/R	N/R	Além da Ribeira/Pedreira	Serviços Sociais
ACR Santa Cita	1975	Asseiceira	Cultura e Lazer
ADIRN	1991	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer / Serviços Sociais / Internacional / Associações empresariais e profissionais
Agrupamento 837 Cem Soldos - Corpo Nacional de Escutas	1987	Madalena/Beselga	Cultura e Lazer / Educação e Investigação / Ambiente / Participação Cívica e Defesa de Causas
Agrupamento de Escuteiros - 941 Asseiceira	1990	Asseiceira	Educação e Investigação / Ambiente / Congregações Religiosas
APAR	1985	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Ambiente
ARC Chão das Maias	1990	Junceira/Serra	Cultura e Lazer
Ass Pais e Sec. Jácome Ratton	1988	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Serviços Sociais / Participação Cívica e Defesa de Causas
Assoc. Pais e E. Escola EB1 D. Nuno Alvares Pereira de Tomar	2011	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Educação e Investigação / Serviços Sociais
Associação de Natação do Distrito de Santarém	1991	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer
Associação de Pais de Carvalhos de Figueiredo	N/R	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer/ Serviços Sociais
Associação de Pais de S.Pedro de Tomar	1999	S. Pedro	Serviços Sociais
Associação de Pais do Jardim de Infância de Tomar	1989	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Serviços Sociais
Associação de Pais e Amigos das Escolas de Linhaceira	2003	Asseiceira	Cultura e Lazer / Educação e Investigação / Serviços Sociais
Associação de Pais e Enc. Educ. Eb1 Sto Antonio.	1991	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Serviços Sociais
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Junceira	N/R	Junceira/Serra	Serviços Sociais
Associação de Pais e Encarregados de Educação do JI e EB1 de Carregueiros	1999	Carregueiros	Serviços Sociais

Nome Entidade	Ano Fundação	Freguesia da Sede	Setor de Atividade
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Gualdim Pais	1993	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer / Educação e Investigação / Serviços Sociais
Associação Thomar Honoris	2014	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer / Educação e Investigação / Serviços Sociais / Internacional
Automóvel Clube de Tomar	2007	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer
Centro de Assistência Social de Tomar	1906	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Educação e Investigação / Serviços Sociais
Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar	1978	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer / Educação e Investigação/ Ambiente / Participação Cívica e Defesa de Causas
Centro Humanitário Abrantes/Tomar da Cruz Vermelha Portuguesa	2015	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Serviços Sociais
Centro Social Paroquial Asseiceira	1997	Asseiceira	Cultura e Lazer/ Serviços Sociais
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Paialvo	1993	Paialvo	Serviços Sociais
Clube de Actividades de Lazer e Manutenção – Calma	1983	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer
Cne Agrupamento 44	1945	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Educação e Investigação
Fatias de Cá	1981	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer
Ginásio Clube de Tomar	1995	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer / Educação e Investigação / Serviços Sociais
N/R	N/R	Além da Ribeira/Pedreira	Serviços Sociais
Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Peralva	1981	Paialvo	Cultura e Lazer
Sociedade Filarmónica Gualdim Pais	1877	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer / Educação e Investigação / Serviços Sociais
Sociedade Filarmónica Paialvense Manoel de Mattos	1896	Paialvo	Cultura e Lazer / Educação e Investigação
Sporting Clube de Tomar	1914	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer / Educação e Investigação
Ténis Clube Tomar	1989	S. João Batista/St. ^a Maria Olivais	Cultura e Lazer

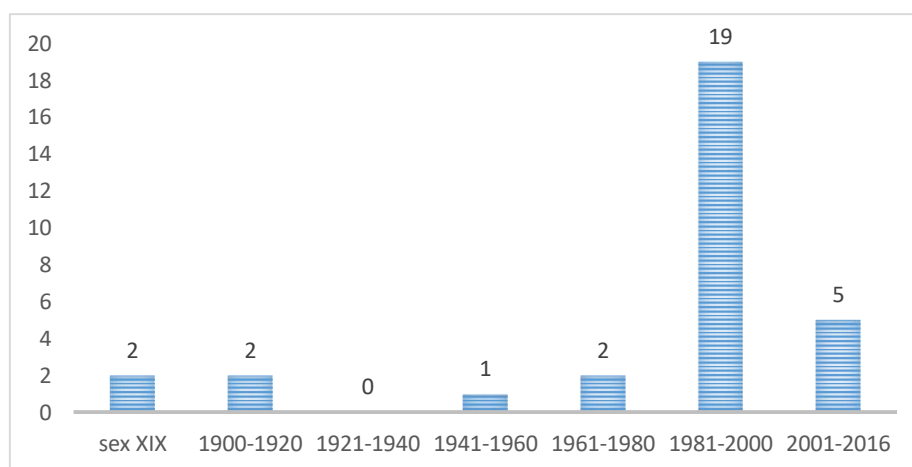
2.1.2. Ano de fundação

No que respeita ao ano de fundação (gráfico 5), notamos que, apesar de existirem quatro entidades em atividade há mais de 100 anos, a grande maioria das associações foi criada a partir do início dos anos 80 do século passado, pelo que nos parece haver alguma

relação entre o acontecimento político de 25 de abril de 1974, que veio permitir e fomentar o desenvolvimento do associativismo.

Esta verificação vem ao encontro do apontado por Canário (2006), quando diz que temos vivido, em Portugal, um período intenso de manifestações de educação popular, no pós 25 de abril, com a criação e o desenvolvimento de diversas associações culturais, recreativas e de instrução; movimentos sindicais e de cooperativas, entre outros.

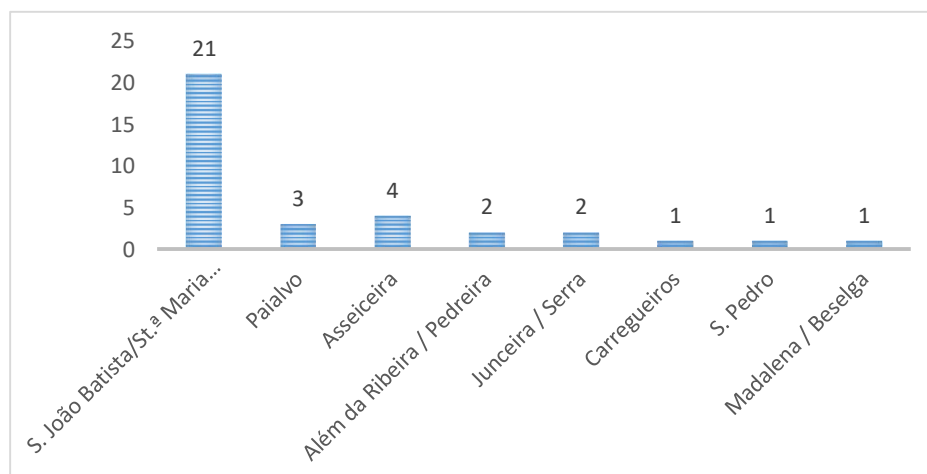
GRÁFICO 5 – Número de entidades criadas por ano de fundação



2.1.3. Freguesia da sede

À semelhança do verificado para o conjunto das entidades de terceiro setor do concelho, também nesta amostra se verifica a maior concentração de entidades com sede na freguesia urbana, como se pode ver no gráfico seguinte:

GRÁFICO 6 - N.º de entidades respondentes por freguesia



2.1.4. Setor de Atividade

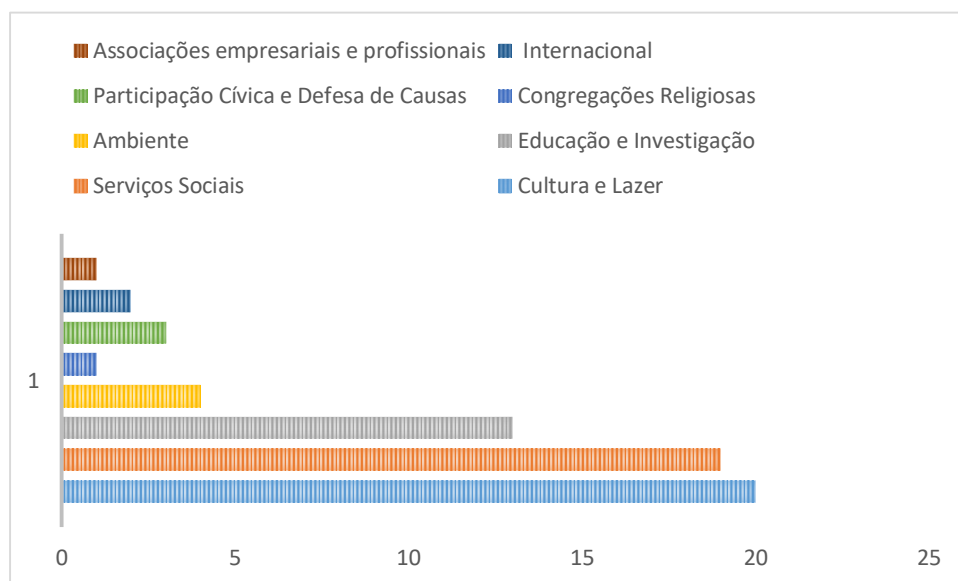
A questão, apesar de ser de resposta fechada, permitia que fossem assinalados mais do que um setor de atividade desenvolvido pela entidade.

Na elaboração do questionário baseámos a tipologia das associações na Classificação Internacional das Organizações não Lucrativas, explicada no estudo de Comparação Internacional do Sector Não Lucrativo (Franco, 2009), que identifica as seguintes doze diferentes categorias de atividade das organizações da sociedade civil:

(1) Cultura e Lazer – cultura /artes/ desporto; (2) Educação e Investigação – educação / formação / ensino vocacional); (3) Saúde; (4) Serviços Sociais – Serviços de apoio à infância, juventude, famílias, deficientes, idosos, emergência e socorro; (5) Ambiente – ambiente e proteção dos animais; (6) Desenvolvimento e Habitação – organizações de vizinhança e comunitárias; (7) Participação Cívica e Defesa de Causas – associações de direitos civis / étnicas / apoio a vítimas /proteção de consumidores; (8) Intermediários Filantrópicos e promotores do voluntariado – fundações privadas / organizações que apoiam o voluntariado / organizações angariadoras de fundos; (9) Internacional; (10) Congregações Religiosas; (11) Associações empresariais e profissionais e Sindicatos; (12) Outros.

Tal como se pode ver no gráfico abaixo exposto, a maior percentagem de atividades desenvolvidas engloba-se no setor de cultura e lazer/recreação – das 35 entidades inquiridas, 20 desenvolve atividades nesta área. De seguida aparecem os serviços sociais, dinamizados por 19 das entidades inquiridas, as atividades de educação/formação e investigação, por 13 entidades e as atividades na área do ambiente, por 4 entidades.

GRÁFICO 7 - Distribuição das atividades desenvolvidas pelas entidades inquiridas, por setor de atividade

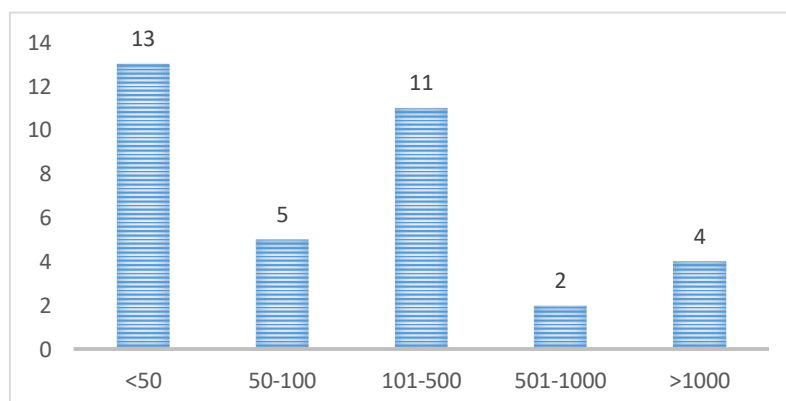


2.1.5. Número de sócios

Considerando as diferentes faixas definidas, verificamos no gráfico 8 que treze das associações inquiridas têm um número de sócios relativamente baixo, com menos de 50 sócios.

No entanto, dezassete das entidades apresentam um número de sócios superior a 100, sendo que quatro delas têm mais de 1000 sócios, o que denota uma participação considerável e de grande dimensão, para um território como o de Tomar.

GRÁFICO 8 - Número de sócios das entidades inquiridas



2.2. Atividades / Áreas de intervenção

Com este ponto do questionário pretendemos identificar o tipo, a periodicidade e o público a que se dirigem as atividades desenvolvidas (número de beneficiários / atletas por área de intervenção, público a que se destinam as atividades desenvolvidas, média de participantes nas atividades, existência de plano de atividades e sua divulgação, avaliação das atividades).

2.2.1. Número de atletas / utentes / beneficiários por área de intervenção / valência

No que respeita ao número de pessoas envolvidas ou abrangidas pela intervenção e dinamismo das entidades inquiridas, solicitámos informação sobre o número de destinatários das ações desenvolvidas. Apesar das respostas estarem condicionadas a cinco grupos (0 / 1-20 / 21-50 / 51-100 / >100), de forma a facilitar as respostas por estimativa, para a análise dos dados e para ser viável fazer somas, foi considerado o valor médio de cada escala respondida, ou seja – 0 / 10 / 35 / 75 e, para o grupo “>100”, considerámos 150.

Assim, verificamos que das 35 entidades inquiridas, 23 dinamizam atividades na área do desporto e envolvem, nas suas atividades, um total de 1775 pessoas (valor estimado). Destacam-se aqui os desportos náuticos (que abrangem a natação) e a ginástica, cada um destes desportos com cerca de 400 praticantes (quadro 11).

QUADRO 11 - Número de atletas e entidades com atividade na área do desporto

Tipo de Desporto	N.º Entidades / Tipo de Desporto	Total atletas / praticantes
Artes marciais	4	155
Atletismo	3	55
Desportos coletivos	2	225
Desportos individuais	4	305
Desportos motorizados	2	45
Desportos náuticos	4	410
Desportos radicais	2	80
Outros – Ginástica	1	400
Outros – Caminhadas	1	100
Total	23	1775

No que respeita à área das expressões e atividades culturais (quadro 12), são 26 as atividades desenvolvidas pelas entidades respondentes, que envolvem um total de aproximadamente 1550 pessoas (valor estimado). Destacam-se aqui o escutismo, onde participam 300 pessoas (maioritariamente crianças e jovens) e os jogos tradicionais, dinamizados por uma entidade⁷⁷, com cerca de 300 participantes (números estimados).

QUADRO 12 - Número de participantes e entidades com atividade na área cultural e das expressões

Expressões / Atividades Culturais	N.º Entidades / Atividade	Total participantes envolvidos
Banda Filarmónica	2	110
Canto / Tuna / Coro	2	45
Dança	3	170
Escutismo	3	300
Folclore	1	75
Instrumento precursão	3	55
Instrumento sopro	3	95
Instrumento cordas	2	85
Passeios / Caminhadas / Trails	5	265
Outros – Ralis / passeios de automóvel	1	50
Outros – Jogos Tradicionais	1	300
Total	26	1550

Em termos de respostas sociais, constatamos a existência de 38 respostas sociais prestadas pelas 35 entidades respondentes, das quais beneficiam 1260 pessoas (quadro 13). Destacam-se aqui as atividades de tempos livres, prestadas pelas diferentes associações de pais dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do concelho (e não só), mas também a ajuda alimentar que chega a 235 pessoas (apoio prestado pelas entidades respondentes).

QUADRO 13 - Número de beneficiários e entidades com atividade na área social

Resposta Social	N.º Entidades / resposta	Total beneficiários
Acolhimento Temporário	2	20
Ajuda alimentar	7	235
Apoio domiciliário	3	55

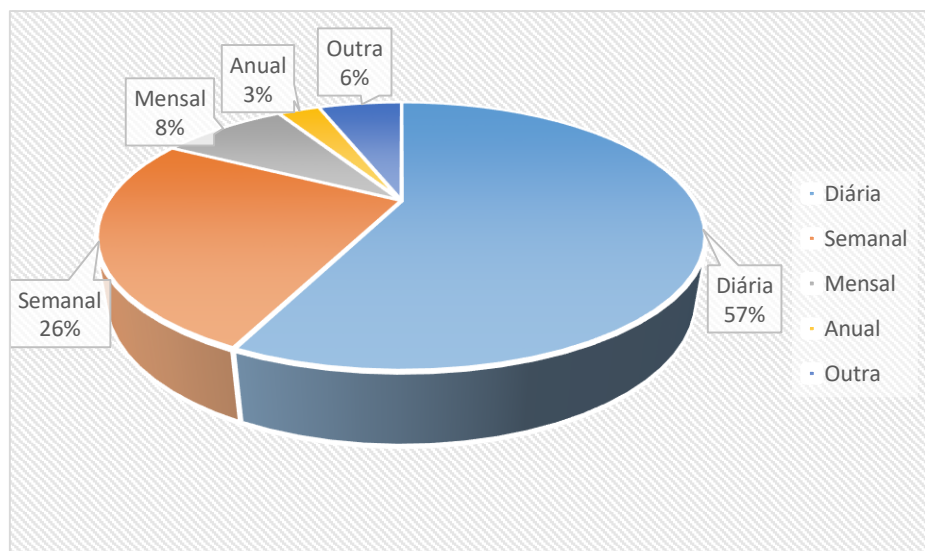
⁷⁷ Projeto dinamizado em parceria com o Município, com as crianças em contexto de tempos livres, em todos os jardins de infância do concelho

Resposta Social	N.º Entidades / resposta	Total beneficiários
Atividades Tempos Livres	13	540
Cantina Social	3	30
Centro de convívio / Centro de dia	3	105
Creche	2	70
Cuidados Continuados	0	0
Intervenção Precoce	1	10
Jardim de infância	3	120
Lar de Idosos	1	75
Total	38	1260

2.2.2. Periodicidade do desenvolvimento de atividades

Relativamente à periodicidade do desenvolvimento das atividades por parte das entidades inquiridas, concluímos, através do gráfico 9, que 57% das associações realiza atividades com periodicidade diária ou semanal, o que denota uma intensa dinamização no funcionamento destas entidades de economia social.

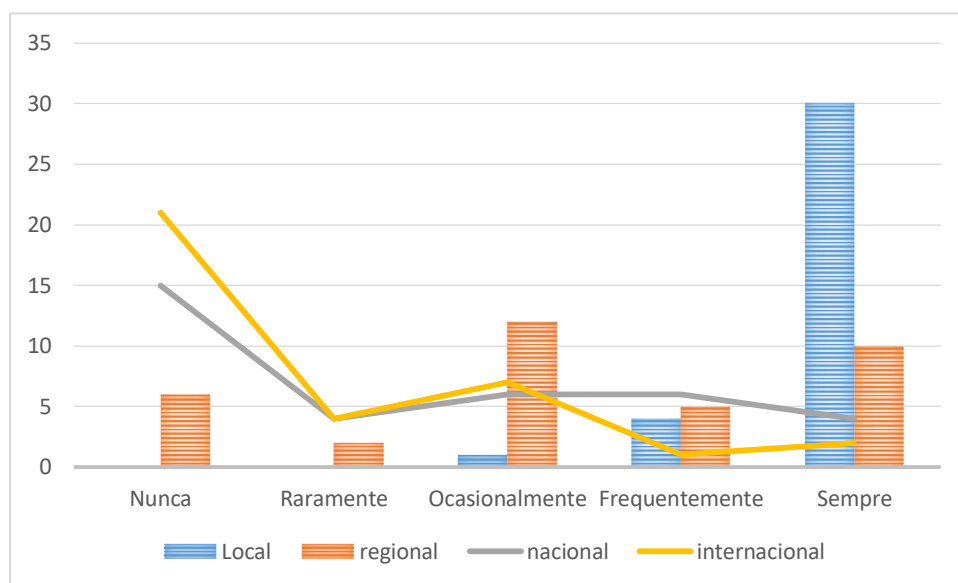
GRÁFICO 9 - Periodicidade das atividades desenvolvidas



2.2.3. Público a quem se dirigem as atividades

O público-alvo das atividades desenvolvidas pelas entidades inquiridas é principalmente o público local (gráfico 10), ou seja os que estão mais próximos da vida da associação. O contrário também se verifica, ou seja, quanto mais afastado geograficamente se encontra o público, menos atividades lhes são dirigidas.

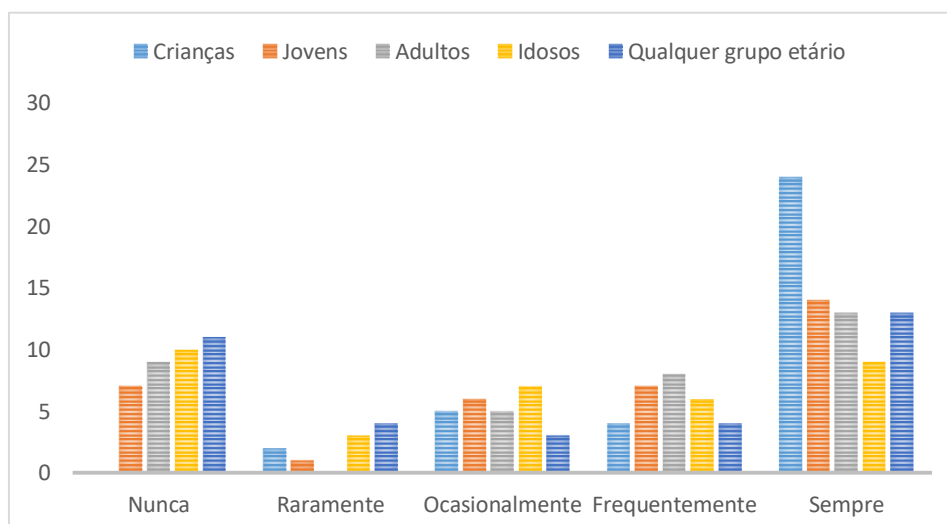
GRÁFICO 10 - Público a quem se dirigem as atividades



2.2.4. Faixas etárias do público a quem se dirigem as atividades

As atividades dirigem-se sobretudo a crianças e jovens e, posteriormente, a adultos (gráfico 11). Existe também um grande número de atividades sempre dirigido a qualquer grupo etário, o que pode potenciar e facilitar a realização de atividades de caráter inter geracional.

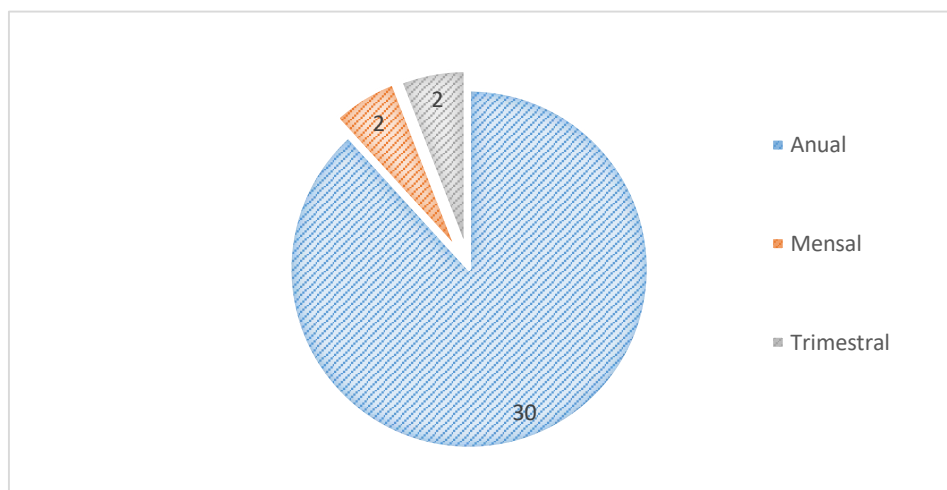
GRÁFICO 11 - Faixas etárias do público a quem se dirigem as atividades



2.2.5. Plano de atividades

Analisando as respostas dos inquiridos, constatamos, no gráfico 12, que só uma entidade não possui plano de atividades e os planos existentes são substancialmente anuais – apenas 4 entidades têm planos mensais (2) e trimestrais (2).

GRÁFICO 12 – Plano de Atividades

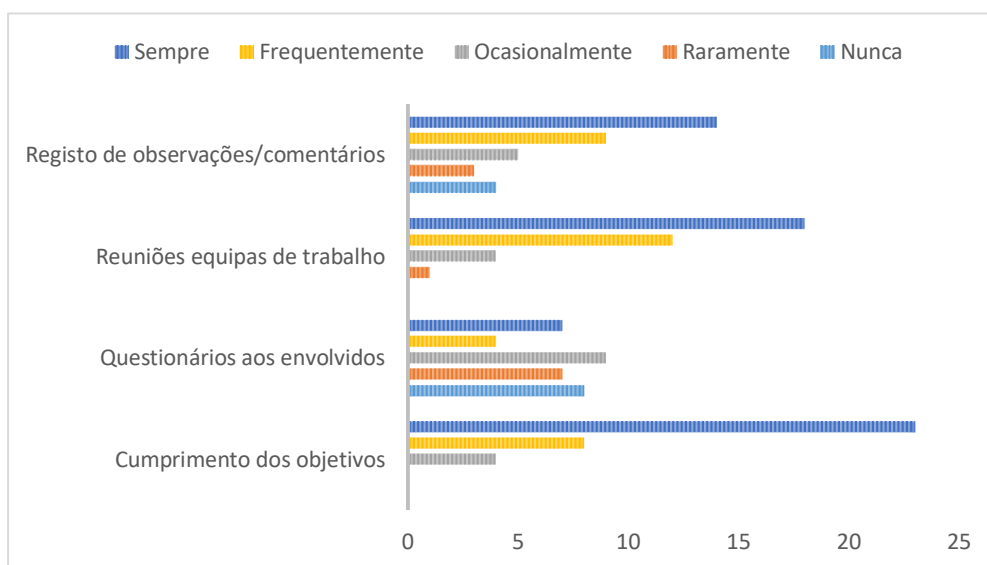


No que respeita à divulgação dos planos existentes, 18 entidades afirmam divulgar o plano de atividades a toda a comunidade, o que denota uma procura pelo envolvimento e participação da comunidade alargada nas atividades desenvolvidas. Apenas 15 referem divulgar o plano apenas aos sócios e duas não o divulgam.

2.2.6. Avaliação das atividades

Conforme se constata no gráfico 13, a grande maioria das entidades procede à avaliação das suas atividades. As formas mais utilizadas para o fazer são a verificação do cumprimento dos objetivos e reuniões com as equipas de trabalho. Existe ainda um número elevado de entidades que afirmam proceder também ao registo de observações e comentários e houve uma entidade que acrescentou a avaliação por parte dos parceiros como forma de avaliar o seu desempenho.

GRÁFICO 13 - Forma de avaliação das atividades



2.3. Parcerias

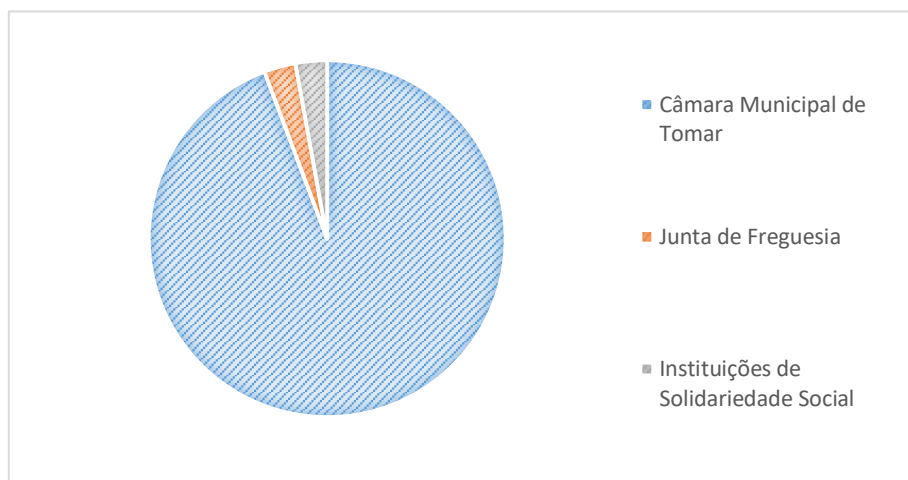
Face à importância do trabalho em rede e em parceria no desenvolvimento local, pretende-se, neste ponto, analisar eventuais práticas de trabalho em parceria com outras entidades.

2.3.1. Entidades com as quais existe parceria

Conforme demonstrado no gráfico 14, todas as entidades têm parcerias constituídas, sendo que 94% constituem parceria com a Câmara Municipal de Tomar, existindo apenas duas com parceria com uma junta de freguesia e com uma IPSS.

Este número “esmagador” de entidades com parceria com o Município de Tomar justifica-se com o Programa de Apoio ao Associativismo, regulado e financiado pelo município, que se destina precisamente a promover a dinamização de atividades culturais, recreativas, desportivas, lazer e juventude no concelho, através da regulação do apoio às associações, com vista à valorização da sua dinâmica. O Regulamento deste Programa de Apoio ao Associativismo (2014) refere que entende as associações como “indutores de desenvolvimento local, promotores da cidadania ativa e coadjuvantes da visão municipal da transformação do concelho de Tomar num espaço territorial dinâmico, competitivo e solidário”.

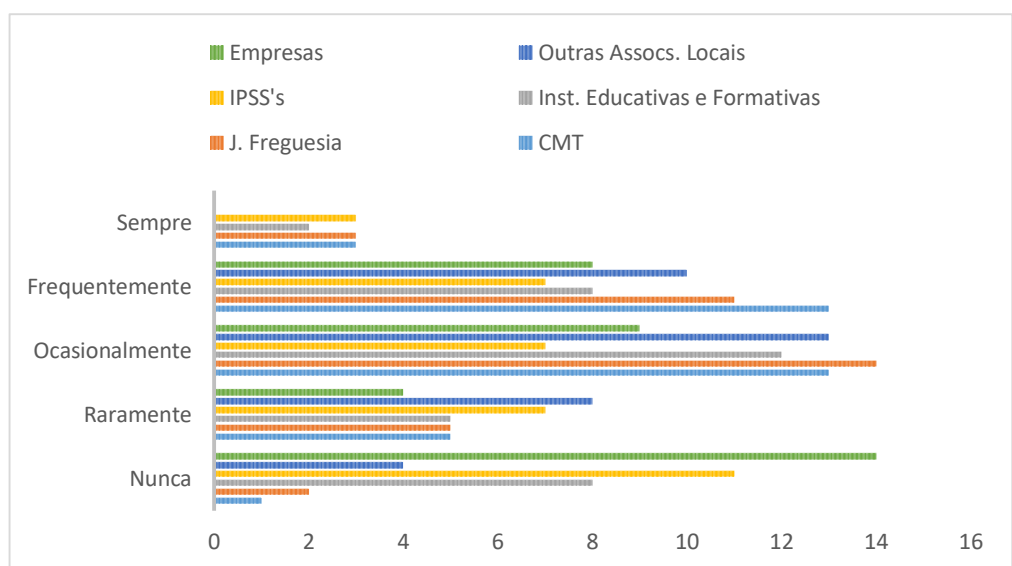
GRÁFICO 14 - Entidades com quem estão estabelecidas parcerias



2.3.2. Frequência do desenvolvimento de atividades em articulação com outras entidades

Relativamente à prática de realização de atividades em articulação com outras entidades, percebemos, pelo gráfico 15, que, apesar de se verificar a dinamização de algumas atividades em parceria, ocasionalmente, existe um número elevado de frequências no “Nunca”, principalmente com Empresas e com IPSS’s. Este facto merece a nossa atenção pois revela que, por vezes, as entidades vão dando cumprimento ao seu plano de atividades com muito esforço por parte dos sócios e que, com parcerias, gestão partilhada de recursos e responsabilidade social, o impacto das atividades poderá tornar-se mais efetivo e profícuo.

GRÁFICO 15 - Frequência e parceiros das atividades dinamizadas em articulação



2.4. Impacto na economia local

Pretendia-se, com as questões deste ponto, procurar perceber de que forma as entidades participam, de forma deliberada ou não, no desenvolvimento da comunidade e se a sua dinâmica produz efeitos em termos de economia local.

2.4.1. Número de trabalhadores, colaboradores e voluntários da entidade

Para a análise do número de colaboradores com as entidades, foi contabilizado o número total apresentado de trabalhadores (com contrato de trabalho) e colaboradores (com recibos verdes, contratos de emprego-inserção ou outros). Para calcular o número de voluntários, apesar das respostas estarem condicionadas a cinco grupos (0 / 1-10 / 11-20 / 21-50 / >50), foi considerado o valor médio de cada escala respondida, ou seja – 0 / 5 / 15 / 35 e, para o grupo “>50”, considerámos 75.

Analisando o número de pessoas envolvidas com o trabalho destas entidades, constatamos a existência de um forte peso do voluntariado na dinamização das atividades – em 35 entidades inquiridas colaboram um total de cerca de 805 voluntários, na sua maioria nas entidades do setor de Cultura e Lazer (quadro 14).

Este número elevado de voluntários envolvidos na atividade destas entidades, vem validar a afirmação de Pereirinha (2008), de que na vida social das sociedades modernas, para além do setor público (estado) e do setor privado lucrativo (mercado), atuam agentes que compõem o Terceiro Setor ou o Setor da Economia Social – de categoria informal ou voluntária. Esta ação voluntária é, na realidade, uma manifestação ativa da sociedade civil na procura do bem-estar social e na defesa dos interesses das populações.

No entanto, estas entidades vão dando resposta a uma série de exigências complexas que carecem de trabalhadores a tempo inteiro ou de trabalho técnico que, obviamente, tem de ser pago.

Assim, verificamos que, em apenas em 35 entidades, exercem atividade profissional, 319 pessoas, das quais 234 possuem contrato de trabalho. No total, colaboram com estas entidades, 1124 pessoas.

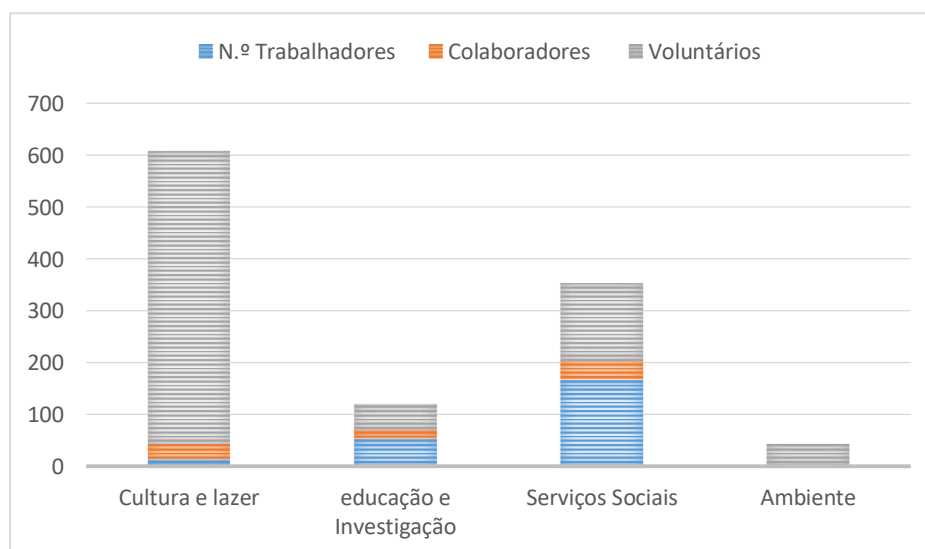
Estes dados revelam as exigências a que estão sujeitas estas entidades, geridas por voluntários, às quais a comunidade científica e política deve continuar a prestar a devida atenção e apoio, como modelo de governação.

QUADRO 14 - N.º de trabalhadores, colaboradores e voluntários por setor de atividade

Setor de Atividade predominante	N.º de Entidades	N.º Trabalhadores (Contrato trabalho)	Colaboradores (c/ recibos verdes / outros contratos)	Voluntários	Total
Cultura e lazer	13	13	30	565	608
Educação e Investigação	4	53	17	50	120
Serviços Sociais	16	167	36	150	353
Ambiente	2	1	2	40	43
Total	35	234	85	805	1124

No gráfico seguinte, vemos a informação sintetizada, que salienta a maior presença de voluntários nas entidades do setor de Cultura e Lazer (onde se enquadram as associações culturais e recreativas). Nas entidades do setor de Serviços Sociais, os trabalhadores estão em maior número – aqui estão incluídas as IPSS (que desenvolvem as respostas de apoio domiciliário, centro de dia e lar, entre outras) e as associações de pais e encarregados de educação (que, em Tomar, são responsáveis pelo fornecimento das refeições nas escolas e pela dinamização de atividades de tempos livres).

GRÁFICO 16 - N.º de trabalhadores, colaboradores e voluntários por setor de atividade



2.4.2. Novos postos de trabalho criados nos últimos dois anos

Analisando as respostas obtidas, verificamos que foi registado um total de 23 novos contratos nas 35 entidades respondentes.

Foram apenas 8 as entidades que contrataram – 2 registaram 6 novos contratos, 4 entidades contrataram uma nova pessoa e as restantes 2 entidades contrataram, respetivamente, 3 e 4 pessoas.

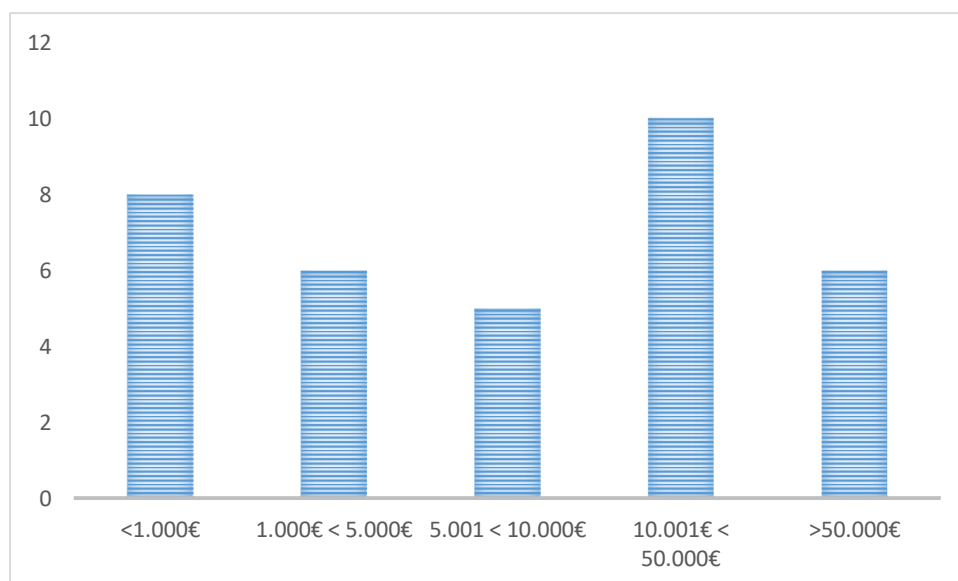
QUADRO 15 - Novos postos de trabalho nos últimos dois anos

Novos postos de trabalho (frequências registadas)	Total de Entidades a contratar	Total de novas pessoas contratadas
1	4	4
3	1	3
4	1	4
6	2	12
Total de novos contratos		23

2.4.3. Volume financeiro anual

Relativamente ao volume financeiro anual das entidades inquiridas, verificamos (gráfico 17) que 28% das entidades regista um volume anual financeiro entre 10 e 50 mil euros e 17% das entidades regista um valor financeiro superior a 50 mil euros, o que vem comprovar o um forte impacto na economia local – salientamos que estas entidades não têm fins lucrativos, pelo que os eventuais proveitos acabam por ser investidos em melhorias das condições oferecidas pelas entidades.

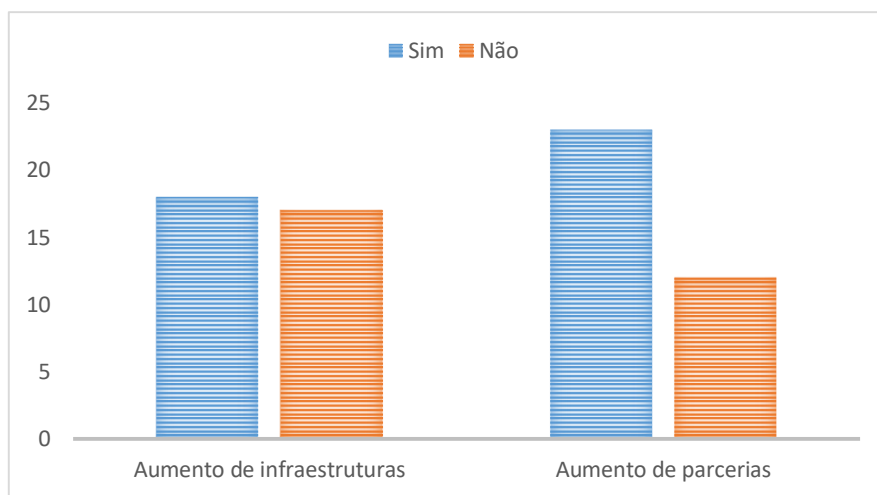
GRÁFICO 17 - Volume financeiro anual das entidades



Neste ponto foram ainda solicitadas informações sobre projetos para o futuro que impliquem aumento de infraestruturas e aumento de parcerias a criar com outras entidades.

A esta questão, 51% das entidades (18) referem que têm em mente projetos que envolvam um aumento das infraestruturas e 66% (23) apontam para aumentos de parcerias (gráfico 18). Esta visão de futuro parece-nos servir de prova do dinamismo que se sente em Tomar em termos de economia social. Na realidade, este é um setor de extrema importância e relevância, no qual importa continuar a investir, quer em termos individuais – promovendo o envolvimento e a participação dos cidadãos nos projetos com que se identificam, bem como em termos coletivos, na criação de redes e na constituição e fortalecimento de parcerias e ainda em termos de apoio do estado – em termos de acesso a financiamento para os projetos que se pretendem dinamizar.

GRÁFICO 18 - Projetos para o futuro – Aumento de infraestruturas e de parcerias



2.5. Financiamentos

Com as questões neste ponto pretendíamos perceber até que ponto as entidades conseguem ter viabilidade financeira por meios próprios ou dependem de que tipo de financiamento exterior.

Neste sentido, procurámos perceber qual a proveniência das receitas da entidade. A questão apresentava 9 possibilidades ou tipos de financiamento, solicitando-se que, para cada um dos tipos de financiamento, se respondesse um de quatro escalões - <25%; 25% a 50%; 51% a 75% e 76% a 100% do financiamento da entidade.

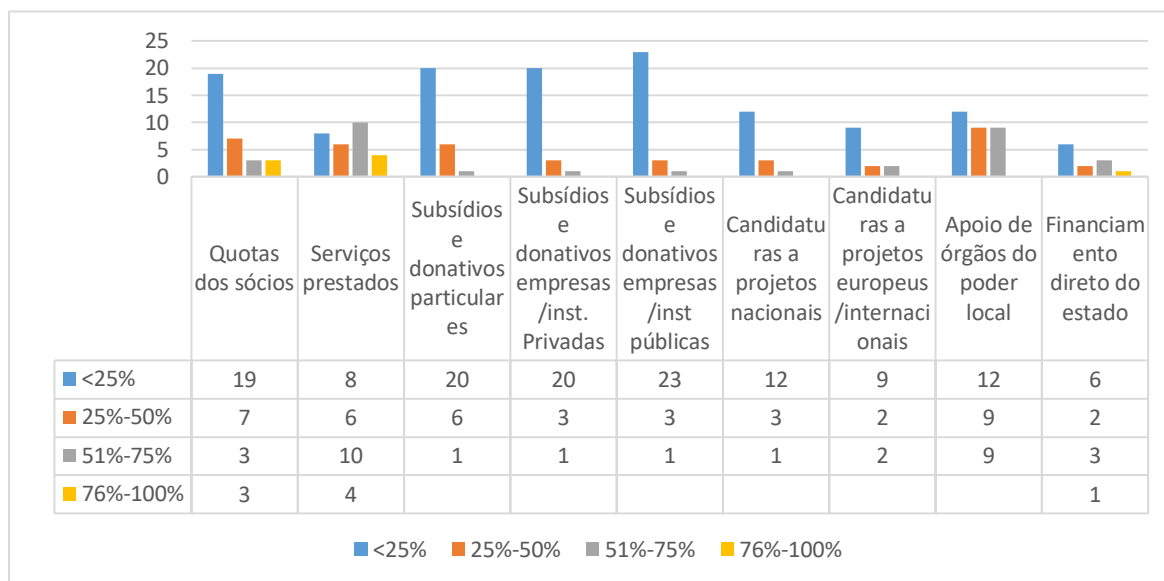
Analisando o gráfico 19, verificamos que 7 entidades dependem quase exclusivamente (76% a 100%) das quotas dos sócios (3) e das receitas pelos serviços prestados (4) e uma entidade depende também quase exclusivamente (76% a 100%) do financiamento direto do estado. A suportar mais de metade do financiamento das entidades (51% a 75%), são referidas, por 10 entidades, as receitas pelos serviços prestados e, por 9 entidades, o apoio dos órgãos do poder local – o que significa que 9 entidades dependem fortemente dos apoios do município e do seu Programa de apoio ao associativismo. Salientamos ainda a referência a candidaturas a projetos de financiamento nacionais (2) e internacionais (1) como forte fonte de financiamento.

Como outras formas de financiamento, foram referidas as iniciativas e atividades de angariação de fundos por parte de algumas entidades respondentes.

Pensamos que, neste aspeto, se poderá investir no apoio ao associativismo, no sentido de dar a conhecer novas formas de acesso a fontes de financiamento, principalmente no atual quadro europeu de financiamento. Atividades nas áreas de consultoria e de promoção e divulgação de fontes de financiamento parecem-nos pertinentes neste cenário.

Muito pertinente também nos parece ser o incentivo e a promoção à constituição de redes e parcerias entre as diversas entidades, no sentido de fomentar uma gestão partilhada de recursos e de facilitar a comunicação e a divulgação de atividades desenvolvidas, entre outras vantagens das redes e parcerias.

GRÁFICO 19 - Proveniência das receitas da entidade



2.6. Contributos para o desenvolvimento local

Com base nas possibilidades de promoção de uma governança partilhada, com a criação de redes e parcerias, era objetivo da investigação conhecer que mais valias existem nas instituições que possam ser rentabilizadas pela comunidade e por outras instituições e de que forma é também recíproca essa rentabilização.

Neste sentido, foi questionado às entidades, numa lógica de envolvimento, aumento do impacto social e da capacidade de gerar valor acrescentado, que contributos / colaboração poderia a entidade fornecer para atividades em parceria com outras entidades da comunidade. Na mesma base, mas em sentido oposto, foi depois questionado que dificuldades sentidas pela entidade poderiam ser supridas com recurso ao mesmo tipo de contributos de outras entidades locais.

2.6.1. Possibilidade de contributos / colaboração da entidade para atividades em parceria

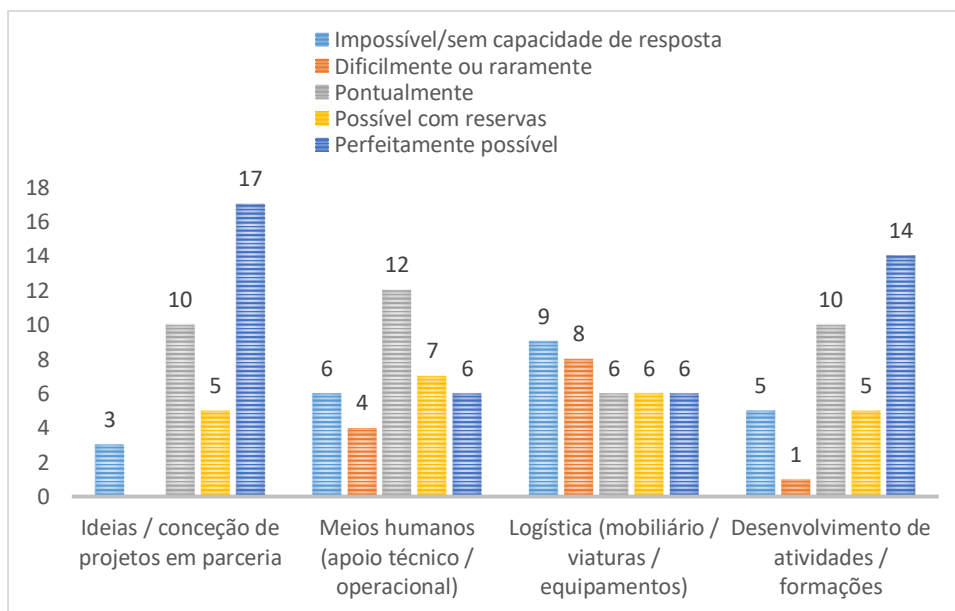
Para responder a esta questão, foram apresentadas quatro formas de partilha de recursos e contributos e solicitou-se que, para cada uma das sugestões apresentadas, se respondesse uma das seguintes cinco opções: Impossível / sem capacidade de resposta; Dificilmente ou raramente; Pontualmente; Possível com reservas, Perfeitamente possível

Analisando as respostas, com base na leitura do gráfico 20, podemos indicar que as entidades têm alguma receptividade ao desenvolvimento de trabalhos em parceria.

Nas sugestões de “Conceção de projetos em parceria” e “Desenvolvimento de Atividades”, a maioria das respostas apontam para um “Perfeitamente possível”. Na disponibilização de meios humanos, o maior número de respostas posicionou-se no “Pontualmente” e apenas nas questões de logística ou disponibilização de meios e equipamentos, o maior número de respostas apontou para uma “incapacidade de resposta”, havendo ainda assim 6 entidades que consideram essa cedência ou articulação de meios “perfeitamente possível”.

Em todas as possibilidades de parceria apontadas, as respostas positivas são superiores, à exceção da questão da disponibilização de meios, em que a maioria aponta para “impossível” ou “raramente”. Perante os dados, parece-nos que, com articulação e comunicação poderá haver lugar a novas sinergias e gestão partilhada de recursos e ideias.

GRÁFICO 20 – Contributos da entidade para atividades em parceria



2.6.2. Contributos de outras entidades locais para suprir dificuldades da entidade inquirida

Para esta questão as sugestões de contributos eram as mesmas mas as possibilidades de resposta passaram a ser as seguintes, sendo que cada entidade podia apenas escolher uma resposta por contributo: “Não sentimos necessidade”; “Raramente sentimos

necessidade”; “Ocasionalmente poderíamos recorrer”; “Poderíamos recorrer com frequência”; “Certamente que sim”.

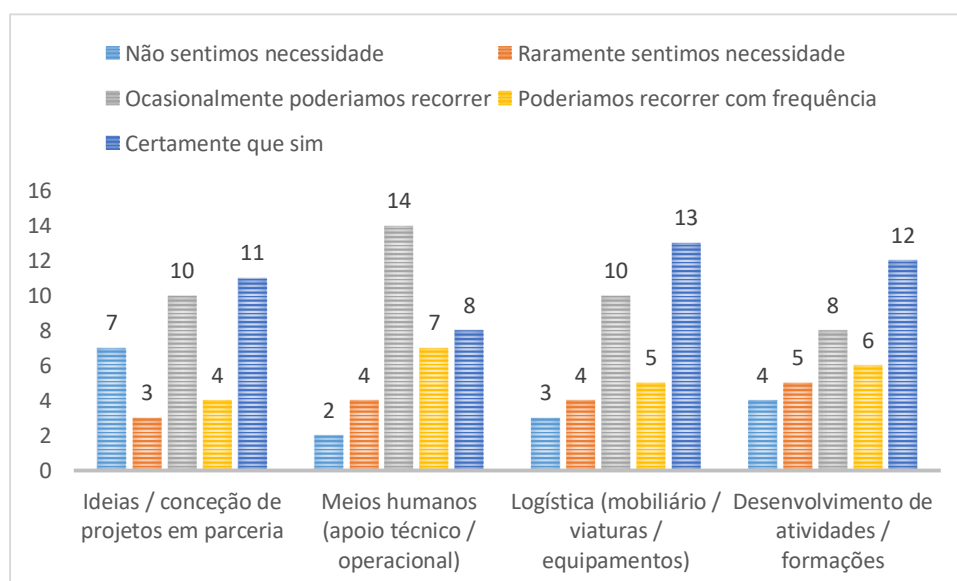
Com base na análise do gráfico 21, concluímos que a receptividade a acolher contributos de entidades externas é positiva.

Em termos de logística, de desenvolvimento de atividades e conceção de projetos em parceria, a resposta com maior frequência é “Certamente que sim”. Apenas nos meios humanos se aponta para “Ocasionalmente poderíamos recorrer”.

Em todas as sugestões de parcerias, as repostas são também maioritariamente positivas, sendo de frequência baixa as respostas “Não sentimos necessidade” e “Raramente sentimos necessidade”.

Pensamos assim ser efetivamente importante fomentar a comunicação entre as diversas entidades de economia social, colaborando com diversos sistemas de apoio que já existem – Confederações; União das Misericórdias e União das Mutualidades; CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social); EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza); ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local), entre outras, no sentido de apoiar, incentivar e promover o dinamismo local e o cumprimento dos objetivos de trabalhar para o bem estar social e para o desenvolvimento local das comunidades.

GRÁFICO 21 - Contributos de outras entidades para suprir dificuldades da entidade inquirida



CONCLUSÕES

Com o presente estudo procurámos conhecer e caracterizar o concelho de Tomar quanto as entidades do terceiro sector e perceber em que medida a sua dinâmica e funcionamento têm impacto social e capacidade para gerar valor no território.

Sob o tema “As entidades do terceiro setor do concelho de Tomar – alguns contributos para o desenvolvimento local”, com base na reflexão teórica efetuada e tendo em conta os resultados obtidos ao longo da investigação, procurámos dar resposta à nossa pergunta de partida: Em que medida a dinâmica das entidades do terceiro setor do concelho de Tomar contribui para a educação e desenvolvimento da comunidade local?

Com este trabalho foi possível perceber a complexidade de um setor em contínuo crescimento e concluir que, tendo também em conta a sua vasta área de abrangência e ação, este tem uma força social e económica nas sociedades atuais, nomeadamente no concelho de Tomar.

O estudo foi dividido em diferentes partes, que aqui sistematizamos – enquadramento teórico; metodologia e apresentação, análise e comentário de dados.

Na primeira parte, procurámos abordar os principais conteúdos teóricos relacionados com a temática da investigação, nomeadamente o novo paradigma de intervenção social, a sua ligação com a educação como fator de desenvolvimento e as noções de cidadania, democracia e participação. De forma interligada, procurámos ainda explicitar as questões de governança partilhada e responsabilidade social, no sentido da promoção de redes e parcerias e da reunião dos diversos atores que participam no contexto social, para o desenvolvimento e construção dos seus próprios projetos.

Passámos depois à apresentação da parte metodológica, da caracterização das entidades do concelho e, posteriormente, à apresentação e análise dos dados obtidos.

Este estudo possibilitou um maior conhecimento da realidade associativa do concelho de Tomar e obter uma visão panorâmica da economia social do concelho. As diversas entidades distribuem-se por variados setores de atividade, com grande destaque para as

áreas de Cultura e Lazer. Este facto vai ao encontro dos resultados da Conta Satélite da Economia Social, apresentada pelo INE em dezembro de 2012, que indica que

“as unidades que se integram no setor da Economia Social estão presentes num conjunto relativamente extenso de atividades económicas. Ainda assim, a atividade na área da cultura, desporto e recreio, concentrava, em 2010, quase metade (48,4%) das unidades da Economia Social. Os cultos e congregações (15,8%) e os serviços de ação e solidariedade social (14,0%) também apresentavam um peso bastante significativo no conjunto das entidades da Economia Social” (INE, 2016).

Verificamos também que as entidades do terceiro setor se apresentam distribuídas por todo o concelho, apesar de se registar um maior número de associações na sede de concelho e que as áreas de abrangência e as atividades desenvolvidas são muito diversas – apesar de se registar um grande número de associações culturais e recreativas, existe uma vasta cobertura de respostas, bastante participadas pelas pessoas de cada comunidade.

Analisando os dados dos questionários obtidos, consolidamos estas conclusões e verificamos ainda que existe envolvimento e participação dos tomarenses na vida associativa, com algumas entidades a apresentarem um número de sócios superior a mil e com um total global de praticantes, participantes em atividades e beneficiários de respostas sociais que ronda as 4700 pessoas (11% da população tomarense, em apenas em 35 entidades respondentes, das 159 existentes).

As atividades promovidas são maioritariamente destinadas a públicos locais e para crianças e jovens, apesar de se desenvolverem também atividades para todos os grupos etários, o que pode potenciar a realização de atividades inter geracionais.

Em termos de impacto na economia local, verificamos que o número de trabalhadores, colaboradores e principalmente voluntários envolvidos na vida das associações e de outras entidades de terceiro setor é bastante significativo. Têm-se registado novas contratações e existem volumes financeiros anuais de grande dimensão. A maioria das entidades respondentes aponta novos projetos para o futuro, com aumento de infraestruturas e de parcerias.

A maioria das entidades apresenta-se ainda recetiva a acolher parcerias e partilha de meios e conhecimentos no sentido de melhorar a sua atuação e aumentar o impacto das suas atividades.

Os dados recolhidos demonstram assim a existência de um grande conjunto de recursos e potencial e denotam um bom envolvimento da comunidade nas atividades promovidas pelas entidades do terceiro setor no concelho de Tomar.

Procurando dar resposta à nossa pergunta de partida, verificamos que a dinâmica das entidades do terceiro setor do concelho de Tomar contribui para a educação e desenvolvimento da comunidade local. Na realidade, um grande número de pessoas de Tomar participa e envolve-se em atividades culturais, desportivas, de lazer, sociais, de promoção do ambiente, de educação e investigação, de defesa de causas, entre outras, sem outro objetivo ou benefício que não o do seu próprio desenvolvimento e o dos que o rodeiam ou o da promoção do seu bem-estar ou do bem estar coletivo.

Os números da participação e do envolvimento das pessoas nos processos de conceção, organização e funcionamento das atividades destas entidades locais são efetivamente significativos, assim como os que demonstram o impacto na economia local – tanto o número de trabalhadores como o volume financeiro envolvido são fortes indicadores deste impacto, bem como das dinâmicas de desenvolvimento comunitário e participativo.

Ainda decorrente da análise de resultados, percebemos que existem alguns aspetos que poderiam ser melhorados. Em termos do estabelecimento de parcerias com outras entidades, concluiu-se que, na grande maioria das entidades, apenas existe parceria estabelecida com o município e não se verifica o hábito de dinamizar atividades em articulação com outras entidades.

Por outro lado, em termos do acesso ao financiamento, também percebemos que as entidades vão sobrevivendo muito à base das quotas dos sócios, de alguns serviços prestados e dos subsídios do município.

No que respeita à possibilidade de colaboração para o desenvolvimento de atividades em parceria ou para a recetividade de contributos de outras entidades para suprir dificuldades próprias, registámos uma maior abertura para acolher contributos de

entidades externas do que para disponibilizar meios e colaborar em atividades em parceria. Ainda assim, esta possibilidade é viável pois as entidades revelam essa recetividade.

Face ao exposto, podemos referir que este estudo dá um contributo no sentido de incentivar a cooperação intersectorial, a eficiência do uso dos recursos, a ligação intergeracional, a inovação e a sustentabilidade entre as entidades de terceiro setor de Tomar.

Na base da ligação histórica e afetiva às origens e à riqueza da cidade de Tomar, que vai unindo os tomarenses, importa envolver as pessoas numa comunidade capaz de gerar, manter e desenvolver iniciativas inovadoras de valor partilhado, com verdadeiro impacto na sociedade (económico e do desenvolvimento comunitário).

Iniciativas partilhadas geram riqueza para a sociedade e materializam na sua ação princípios de responsabilização e de participação na construção de soluções e ainda princípios de colaboração e interdependência.

Parece-nos assim importante apoiar o desenvolvimento de redes, de plataformas colaborativas e de espaços de criação corresponsável para gerar valor partilhado, promovendo a inovação social como meio de transformação social intersectorial.

Salientamos a necessidade de se promoverem políticas e projetos de apoio transparente por parte do poder local, ao nível do financiamento ou da facilitação do acesso ao financiamento, da informação e orientação, do apoio logístico e da promoção do diálogo interassociativo e intersectorial, reconhecendo a importância da economia social no processo de transformação educacional, social e cultural do concelho. Às entidades cabe, na mesma medida, participar, colaborar, partilhar recursos e informação, responsabilizar-se e dinamizar projetos que, em parceria, se tornam bem mais profícuos.

Em termos de limitações do estudo temos de referir a dificuldade no acesso a um maior número de questionários que nos permitisse efetuar uma análise mais global e específica dos valores reais do impacto da atividade destas entidades.

Por outro lado, teria sido importante cruzar os dados quantitativos com dados mais qualitativos, da perceção das pessoas, dirigentes, trabalhadores e voluntários envolvidos

acerca do impacto das suas atividades no desenvolvimento local, bem como das disponibilidades reais para o trabalho em rede e em parceria.

No entanto, estas limitações remetem para possíveis investigações futuras, que poderão enriquecer e clarificar o presente estudo.

Como sugestão de investigação futura nesta área, não queremos deixar de referir dois fenómenos de participação e desenvolvimento comunitário de excelência no concelho de Tomar que, pela sua dimensão e características únicas, constituem base para análise enquanto estudos de caso – a dinâmica da Festa dos Tabuleiros, integralmente concebida, produzida, financiada e realizada pelo povo tomarense e a dinâmica de uma aldeia com um projeto educativo comunitário singular, que prevê uma dinâmica especial entre a escola e a aldeia, pretende constituir um lar-aldeia, na base das relações de vizinhança e realiza há já alguns anos um famoso festival de verão, também integralmente concebido e produzido pelas gentes da aldeia – o *Bons Sons*, em Cem Soldos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Cadernos de estudos africanos n.º 4. Lisboa: ISCTE.
- Antunes, F. (2008). *Nova ordem educacional, espaço europeu de educação e aprendizagem ao longo da vida: actores, processos, instituições. Subsídios para debate*. Coimbra: Edições Almedina.
- Andrade, A. & Franco, R. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Barrisco, S. (2006). Demografia, Família. In: S. Ferreira, (Coord). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*. Instituto Português da Juventude (pp. 23-74). Acedido em fevereiro de 2016, em <http://www.igfse.pt/upload/docs/gabdoc/2007/02-Fev/RelatorioPreliminar-OPJ.pdf>
- Bento, A. (2007). Teatro e animação sociocultural: parceiros inequívocos em estratégias de participação social e de desenvolvimento cultural. *Animador Sócio Cultural: Revista Iberoamericana*, 1(2), 1-18. Acedido em setembro 2015, em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac203.pdf>
- Bosch, E. (Ed.). (2013). *Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras*. Torres Novas: Associação Internacional das Cidades Educadoras
- Capucha, L. (coord). (2005). *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*. Lisboa: ISCTE.
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. *A Educação em Portugal (1986-2006) Alguns contributos de investigação*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 159-206.
- Costa, A. G. (2010). *Diagnóstico – K’Cidade – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas
- Coutinho, C. & Lisboa, E. (2011). Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para a educação no século XXI. *Revista de Educação*, XVIII (1), 5-22.
- Dias, N. (Org.). (2013). *Esperança Democrática – 25 anos de orçamentos participativos no mundo*. São Brás de Alportel: Associação in Loco.
- Durkheim, É. (1998). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fortin, M. (2009). *O processo de investigação* (p. 322). Lusociência. Edições Técnicas e Científicas, Lda.

- Freire, João (2007). *Evoluções sociais no campo do associativismo* in Manuel Villaverde Cabral (org.) Sucesso e Insucesso: Escola, Economia e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 299-320.
- Franco, R. (Coord.) (2005). *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Universidade Católica. Acedido em maio de 2015, em http://www.akdn.org/publications/2008_portugal_nonprofitsector.pdf
- Ghiglionni, R. & Matalon, B (1993). *O inquérito - teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Instituto Nacional de Estatística (2016). *Conta Satélite da Economia Social*. Acedido em março de 2016, em http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=335.
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento I.P. (2009). *Estratégia nacional de educação para o desenvolvimento*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- O Conceito.de. Acedido em 7 de janeiro de 2015, em <http://conceito.de/democracia>.
- Oliveira, A. (2004). *Técnicas em Rede: um desafio*. Revista Intervenção Social nº 30, pp. 213 – 223.
- Papalia, D., Olds, S.& Feldman, R. (2009). *Desenvolvimento humano*. (10ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Papalia, D., Olds, S.& Feldman, R. (2013). *Desenvolvimento humano*. (12ª ed.). Porto Alegre: AMGH Editora Ltda.
- Pereirinha, J. A. (2008). *Política social. Formas de actuação no contexto europeu*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PORDATA (2015). *Estatísticas Nacionais*. Acedido em junho 2015, em www.pordata.pt.
- Prost, A. et al. (2002). *Espaços de educação – Tempos de formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações Lda.
- Regulamento interno de atribuição de apoios ao associativismo*. In: Programa de Apoio ao Associativismo do Município de Tomar (2014). Tomar: Município de Tomar. Acedido em outubro de 2015, em <http://www.cm-tomar.pt/images/CMT/municipio/documentos/Desporto/RegulamentoInternodeAtribuicaoApoiosaoAssociativismo.pdf>.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (p. 70). 3.ª Ed. São Paulo: Atlas
- Robinson, K. (2010). *O elemento*. Porto: Porto Editora;

- Rodrigues, S. (2008). *Do domínio simbólico ao domínio das dinâmicas: redes de parceria local na Alta de Lisboa* (Programa K' Cidade). Lisboa: ISCTE
- Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Lisboa: Relógio D'Água Editores
- Santos, B. S. (Org.). (2002). *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Viegas, J. M. L. (2004) *As implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia*. Sociologia: problemas e práticas, 46, pp. 33-50.